



**LICITAÇÃO Nº 177-2019
TOMADA DE PREÇO Nº 028-2019**

1. REGÊNCIA LEGAL: Esta licitação obedecerá, as disposições da Lei Municipal 2.593/05, **Lei Estadual nº 9.433/05**, Lei Federal 123/06 e suas alterações, normas gerais da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e os Decretos Municipais 6.238/99 e 7.583/08.

2. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO

3. REPARTIÇÃO INTERESSADA: Secretaria Municipal de Agricultura Recursos Hídricos e Desenvolvimento Rural.

4. TIPO: Menor Preço

4.1. REGIME DE EXECUÇÃO: Execução Indireta – Empreitada por Preço Global

5. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS:

5.1. DATA: 25 de julho 2019.

5.2. HORA: 16h30

5.3. LOCAL: Salão de Licitações, na Av. Sampaio, nº 344, Centro, Feira de Santana - Bahia

6. OBJETO: Contratação de empresa para execução de serviços de recuperação e pintura geral do Parque de Exposição João Martins da Silva, visando a realização da 44ª Expofeira no período de 01 a 08 de setembro de 2019, conforme especificação técnica e orçamento descritivo elaborado pela Seplan.

7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

7.1. Poderão participar da licitação os interessados do ramo pertinente ao objeto aqui mencionado, desde que estejam devidamente cadastrados ou atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até a data da abertura das propostas, observado a necessária qualificação.

7.2. Não serão admitidas empresas em consórcio e não poderão participar desta licitação empresas que sejam consideradas inidôneas ou suspensas por qualquer órgão ou entidade governamental, que sejam concordatárias ou com falência decretada, ou ainda que não tenham cumprido, integralmente, contratos anteriormente firmados ou que, embora ainda em contratos vigentes, se encontram inadimplentes com qualquer das obrigações assumidas, quer com a PMFS, quer com outros órgãos e entidades da Administração Pública.

7.3. Em consonância com a Lei Estadual nº. 9.433/05, em seu art. 200, fica impedida de participar desta licitação e de contratar com a Administração Pública, a pessoa jurídica constituída por membros de sociedade que, em data anterior à sua criação, haja sofrido penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração ou tenha sido declarada inidônea e que tenha objeto similar ao da empresa punida.

7.4. É vedado ao agente político e ao servidor público de qualquer categoria, natureza ou condição, celebrar contratos com a Administração direta ou indireta, por si ou como representante de terceiro, sob pena de nulidade, ressalvadas as exceções legais, conforme o art. 125 da Lei estadual nº 9.433/05.

7.5. Conforme determina o Art. 18, I, da Lei Estadual nº 9.433/05, não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação, da execução de obras ou serviços e do fornecimento de bens a eles necessários, o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica.

8. CREDENCIAMENTO

8.1. Instaurada a sessão de abertura, as licitantes apresentarão à presidente da Comissão Permanente de Licitação suas credenciais. A credencial deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa, separada dos envelopes de proposta e documentação, com identificação do representante (nome, nº da identidade e CPF) e comprovação de poderes do outorgante para a prática dos atos necessários, inerentes ao procedimento licitatório.

8.1.2. O credenciamento de **sócio administrador** ou **administrador não-sócio**, responsável em falar em nome da empresa far-se-á através da apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social (cópia autenticada). No caso das sociedades por ações, deverá estar acompanhado do documento de eleição e posse dos administradores (cópia autenticada), que comprovem tal finalidade.

8.1.2.1. O credenciamento de mandatários far-se-á mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular. Tratando-se de instrumento particular, deverá ter **firma reconhecida em cartório**, e que contenha, preferencialmente, o conteúdo constante no modelo do **ANEXO IX, devendo ser exibida a prova da legitimidade de quem outorgou os poderes (cópia autenticada)**.

8.1.3. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar também declaração de que atendem os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, para que possam fazer jus aos benefícios previstos na referida lei. **A declaração a qual se refere o item deverá estar assinada pelo representante legal da empresa.**

8.1.4. A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de setembro de 2006 e suas alterações, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também a inabilitação da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

8.1.5. Cada licitante poderá credenciar apenas um representante, ficando este adstrito a apenas uma representação.

8.1.6. O representante legal deverá apresentar documento de identificação com foto, em original ou cópia autenticada.

8.1.7. A ausência de representante da microempresa ou empresa de pequeno porte na sessão implica na preclusão do Direito de Preferência, bem como o item 10.5 do edital.

8.2. Da Proposta de Preços e Documentação de Habilitação

8.2.1. A Proposta e a documentação deverão ser entregues no local determinado neste edital, no dia e horário fixados para a licitação, em envelopes separados e lacrados, contendo nas partes externas, além do nome da empresa, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 PROPOSTA DE PREÇOS TOMADA DE PREÇO Nº 028-2019

ENVELOPE Nº 02 DOCUMENTAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 028-2019

8.2.2. Após a presidente da Comissão Permanente de Licitação conceder 10 minutos de tolerância do horário fixado para a licitação, iniciado o credenciamento, não será recebida proposta da empresa retardatária e, em nenhuma hipótese, será concedido prazo para apresentação ou complementação de documentos exigidos neste edital, nem admitida qualquer retificação ou modificações das condições ofertadas, salvo nas hipóteses previstas em Lei.

8.3. Da proposta de preços

8.3.1. Os elementos do envelope nº 01 deverão ser entregues em papel timbrado da licitante, assinada pela mesma ou representante legal, impressa apenas no anverso, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo conter, obrigatoriamente, a indicação clara e sucinta dos seguintes dados:

- a) Razão Social da empresa e endereço (com telefone), CNPJ, com a assinatura do prestador dos serviços;
- b) Validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação;
- c) A proposta financeira deverá estar, obrigatoriamente, em original, datilografada ou digitada apenas no anverso, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada pelo representante legal da licitante, ou por seu mandatário, sendo necessária, nesta última hipótese, a juntada da procuração que contemple expressamente este poder;

- d) Carta-proposta, conforme modelo constante no **ANEXO II**, expressando os valores em moeda nacional – reais e centavos, em duas casas decimais, como também valor por extenso.
- e) Proposta Financeira discriminando, unitariamente os preços de todos os itens contemplados no orçamento descritivo e/ou planilha orçamentária, que integra este edital.
- f) Ocorrendo divergência entre o preço total em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último.

8.3.1.1. Para a correta elaboração da proposta deverá a licitante examinar atentamente todos os itens e exigências contidas no presente edital.

8.3.2. Não poderão as licitantes suprir omissões ou corrigir dados técnicos ou econômicos após a entrega das propostas, salvo equívocos irrelevantes para o julgamento.

8.3.3. As propostas deverão obedecer, rigorosamente, aos termos do presente edital, sendo, automaticamente, desclassificadas aquelas que apresentarem qualquer oferta de vantagem não prevista no instrumento convocatório ou propostas alternativas, que também não serão consideradas.

- a) Deverá o licitante apresentar o multiplicador “K”, linearmente que determinará seu preço proposto para a execução total do objeto licitado.
- b) O multiplicador máximo admitido será de 1.10 limitado a duas casas decimais. Utilizando o procedimento científico, a aproximação deverá ser procedida considerando a regra: 1) Se o 3º dígito for igual ou inferior a 5, o 2º dígito decimal deverá ser conservado. 2) Se o 3º dígito decimal for superior a 5, o 2º dígito decimal deverá ser acrescido de 1 unidade.
- c) Deverá a licitante fazer constar na sua proposta financeira a assinatura do seu representante legal, sócio ou procurador investido de poderes para tal fim.
- d) Deverão estar embutidos nos preços o BDI e encargos sociais utilizados, no tocante ao multiplicador “K”, independente de transcrição.

8.3.4. O valor estimado do objeto da licitação é de **R\$ 180.243,33 (cento e oitenta mil duzentos e quarenta e três reais e trinta e três centavos)**.

8.4. Da documentação

8.4.1. O envelope nº 02 “documentação” deverá conter, obrigatoriamente, sob pena de inabilitação automática, os seguintes documentos, apresentados em original ou em fotocópias devidamente autenticadas e atualizados:

8.4.2. A **Habilitação Jurídica** será comprovada mediante a apresentação:

- a) CRC - Certidão de Registro Cadastral do Município de Feira de Santana ou da SAEB – Secretaria de Administração do Estado da Bahia.
- b) Em se tratando de sociedades empresariais, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados, quando for o caso, dos documentos societários comprobatórios de eleição ou designação e investidura dos atuais administradores.
- c) No caso de sociedades simples, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores.
- d) Decreto, de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Cédula de identidade dos sócios da empresa.

8.4.3. A **Regularidade Fiscal e Trabalhista** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, incluindo a Certidão Negativa da Dívida Ativa da União;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), que deverá ser feita através da apresentação da C.N.D. (Certidão Negativa de Débito);
- e) Prova de regularidade relativa ao FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), que deverá ser feita através da apresentação do CRF (Certificado de Regularidade do FGTS);
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme exigência da Lei nº. 12.440, de 7 de Julho de 2011.

8.4.4. A Qualificação Técnica será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

- a) Certidão do CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) e/ou CFT (Conselho Federal de Técnicos) acompanhada da prova de regularidade da empresa e do(s) seu(s) responsável(éis) técnico(s);
- b) A empresa vencedora do certame, caso **NÃO** seja registrada no estado da Bahia, esta deverá solicitar o visto do CREA/BA e/ou CAU/BA para a devida assinatura do contrato;
- c) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, com o objeto da licitação, e indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica, que se responsabilizará diretamente pela execução dos trabalhos;
- d) A comprovação de aptidão será feita por atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado e comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior (responsável(éis) técnico(s)) ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, acompanhada das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT.
- e) O(s) atestado(s) deverá(ão) conter as características, quantidades e prazos dos serviços executados, compatíveis com o objeto da licitação, limitadas estas as parcelas de maior relevância, que são os itens de pintura da planilha. Os atestados deverão conter no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total de (4.218,20 m²) do quantitativo da planilha referente aos serviços de pintura, através do(s) qual(is), **individualmente ou somados**, fique comprovado a efetiva execução do serviço, compatível com a dimensão do objeto licitado;
- f) A qualificação do(s) membro(s) da equipe técnica será feita com apresentação do “CURRICULUM VITAE” de cada um, acompanhado da declaração individual autorizando a empresa a incluí-lo na equipe, firmada com data posterior à publicação do edital e comprovação de regularidade junto ao CREA e/ou CAU, para os profissionais inscritos neste órgão;
- g) A comprovação de vinculação do(s) responsável(éis) técnico(s) ou de outro profissional devidamente reconhecido pela entidade competente, ao quadro permanente da licitante, deve ser feita através da Certidão do CREA e/ou Certidão de registro no CAU) e/ou CFT (Conselho Federal de Técnicos), Carteira de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviço;
- h) Somente será admitida a substituição de algum membro da equipe técnica, no curso da execução do contrato, por outro profissional de comprovada experiência, equivalente ou superior, e desde que previamente aprovado pela Administração.

8.4.5. A Qualificação Econômico-Financeira será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, válida para a data do certame;
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, devidamente registrados na Junta Comercial de domicílio da licitante exceto para os casos previstos no Decreto nº 8.683/16 e deverá obrigatoriamente, sob pena de inabilitação);
- c) A situação financeira da empresa deverá ser apresentada conforme critérios objetivos abaixo:

$SG = AT / (PC + PNC) \geq 1,0$ $ILC = AC / PC \geq 1,0$ $IEG = (PC + PNC) / AT \leq 0,8$

Onde:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

PNC = Passivo Não Circulante

SG = Solvência Geral

AT = Ativo Total

ILC = Índice de Liquidez Corrente

IEG = Índice de Endividamento Geral

d) **Será considerada inabilitada a empresa que, no uso das prerrogativas da Lei 123/06 e suas alterações, ficar comprovado, através do Balanço Patrimonial, que as Demonstrações do Resultado do Exercício – DRE, foram superiores aos limites estabelecidos na referida Lei.**

e) Garantia de participação de 1% (um por cento) do valor estimado da licitação.

8.4.6. As empresas deverão efetuar a **garantia de participação**, no valor de 1% (um por cento) do valor estimado da licitação.

8.4.7. Toda e qualquer caução poderá ser oferecida em quaisquer das modalidades de garantia previstas no art. 136, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 9.433/05.

8.4.8. A devolução da garantia para a licitante somente será efetuada após a publicação do ato que homologar a presente licitação, mediante requerimento do licitante devidamente protocolado.

8.4.9. As empresas deverão apresentar junto com a documentação de habilitação o comprovante da garantia efetuada em qualquer das modalidades previstas em lei.

8.4.10. Declaração, a ser assinada pelo representante legal da empresa licitante, afirmando ter tomado conhecimento de todas as informações sobre a licitação e das condições do Edital, bem como do local para o cumprimento das obrigações relativas ao objeto licitado, conforme modelo constante no **ANEXO VI**.

8.4.11. As licitantes poderão realizar visita até 24 horas antes da licitação, declarando que a licitante tomou conhecimento do local onde será prestado o objeto, de acordo com as condições do edital.

8.4.12. A visita técnica deverá ser feita obrigatoriamente por preposto da licitante devidamente identificado. Os interessados deverão entrar em contato com a Secretaria Municipal de Agricultura, Recursos Hídricos e Desenvolvimento Rural, pelos telefones nº (75) 3602-4569/3602-4561 para prévio agendamento, ficando a Secretaria responsável por designar preposto legalmente habilitado para expedir e assinar o referido atestado. A Secretaria situa-se à Av. Senhor dos Passos, nº 980, Centro.

8.4.13. A empresa licitante, a seu critério, poderá declinar da visita, sendo, neste caso, necessário apresentar, em substituição ao Atestado de Visita, declaração formal assinada pelo representante legal da empresa, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e

peculiaridades inerentes ao objeto licitado, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração e ficando impedida, no futuro, de pleitear, por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais de natureza técnica ou financeira.

8.4.14. Declaração, para fins do disposto no inciso V do art. 98 da Lei Estadual nº 9.433/05, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, de acordo com o **ANEXO III**.

8.4.15. Declaração de Superveniência, conforme o **ANEXO IV**.

8.4.16. Declaração de Inexistência de Servidor Público ou Empregado Público, de acordo com o **ANEXO VII**.

8.4.17. A não observância dos índices ensejará a inabilitação da licitante.

8.4.18. Os documentos de credenciamento e habilitação não autenticados em cartório poderão também ser autenticados, preferencialmente, até 24 (vinte e quatro) horas antes do certame por servidor da Administração, quando exibido o original, no Departamento de Licitação e Contratos.

8.4.19. As certidões extraídas pela *internet* somente terão validade se confirmada sua autenticidade.

8.4.20. A certidão que não tenha a sua data de vencimento expressa terá como validade 90 (noventa) dias após sua expedição.

9. PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

9.1. A sessão de abertura das propostas terá início no dia, hora e local designados no item 5 do Edital, devendo o representante da licitante efetuar o seu credenciamento, comprovando que possui os necessários poderes para a prática dos atos inerentes ao certame.

9.2. Os licitantes entregarão à (ao) presidente da Comissão Permanente de Licitação, juntamente com o credenciamento o Envelope 01 - Propostas de Preços e o Envelope 02 – Habilitação.

9.3. Iniciada a sessão de abertura da documentação, não mais cabe a desistência da licitante, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela comissão.

9.4. A abertura dos envelopes relativos aos documentos das propostas e de habilitação será realizada sempre em ato público, previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada assinada pelos licitantes e pela comissão ou servidor responsável.

9.5. Todos os documentos contidos nos envelopes serão rubricados pelos licitantes presentes e pela Comissão.

9.6. A presidente da comissão fará, primeiramente, a abertura dos Envelopes 01 – Proposta de Preços, e verificará a conformidade e compatibilidade de cada proposta com os requisitos e especificações do instrumento convocatório, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.

9.7. A Comissão julgará e classificará as propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do ato convocatório.

9.8. Se houver recurso, permanecerão fechados os envelopes de Habilitação, sendo devidamente rubricados por todos os presentes, para serem, posteriormente, recolhidos e guardados em poder da Comissão até a designação de nova data para a abertura.

9.9. Se houver declaração expressa, consignada em ata, de renúncia a recurso ou a apresentação do termo de renúncia de todos os participantes, a Comissão prosseguirá no andamento dos trabalhos, procedendo à devolução dos envelopes fechados aos concorrentes desclassificados, contendo a respectiva documentação de habilitação, e procedendo à abertura dos envelopes "02" – HABILITAÇÃO - das empresas classificadas com os três menores preços.

9.10. A empresa que deixar de apresentar a documentação de Habilitação exigida será inabilitada.

9.11. A Comissão deliberará sobre a habilitação dos três primeiros classificados, podendo ser apreciados e decididos de imediato, salvo quando envolverem aspectos que exijam análise mais apurada.

9.12. Transcorrido o prazo de interposição de recurso ou após desistência ou renúncia do mesmo, por parte das licitantes, ou ainda, após o julgamento dos recursos interpostos contra a decisão sobre a fase de habilitação, a CPL procederá ao julgamento e classificação final emitindo parecer circunstanciado.

10. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. Critério: Será considerada vencedora a licitante que apresentar menor preço global, atendendo assim, ao critério do “menor preço global”, fazendo-se a classificação dos demais em ordem crescente dos valores propostos.

10.2. As propostas das licitantes habilitados serão analisadas, avaliadas e classificadas pela ordem crescente dos valores ofertados, adjudicando o objeto para a licitante classificada em 1º lugar, pelo critério do menor preço global.

10.3. A CPL fará a conferência dos valores ofertados e desclassificará qualquer proposta que contiver preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ou que sejam considerados inaceitáveis e incompatíveis com a estimativa de custo da contratação, tomando-se como referência o orçamento estimado para o objeto da licitação.

10.4. Serão desclassificadas, também, as propostas manifestamente inexecutáveis, em consonância com o quanto contido no art. 97 da Lei nº 9.433 de 01 de março de 2005.

10.5. No caso de empate entre duas ou mais propostas, será utilizado o art. 92, observado o disposto do § 2º do art. 3º da Lei Estadual nº 9.433/05, procedendo-se, sucessivamente, a sorteio, em ato público. Sendo assegurada preferência de contratação para as Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, com base no art. 44 §1º e art. 45, incisos I e III da Lei Complementar 123/06 e suas alterações.

11. DA ADJUDICAÇÃO E CONTRATAÇÃO

11.1. Decorridos os prazos legais a autoridade superior homologará o procedimento licitatório à licitante classificada em 1º lugar.

11.2. Em havendo a homologação do procedimento licitatório pela autoridade superior, a adjudicatária da presente licitação será convocada para prestar o objeto.

11.2.1. O prazo da convocação poderá ser prorrogado, a critério da Administração, apenas uma vez e por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, pela parte, desde que provada a relevância do pedido.

11.2.2. É facultado à Administração, quando a licitante vencedora do certame, em sendo convocada, não assinar o contrato ou não aceitar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidas, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços ou revogar a licitação.

11.3. A recusa da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-se as penalidades previstas na legislação.

11.4. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de abertura das propostas, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, como estabelecido na Lei Estadual nº 9.433/05.

11.5. O contratado será convocado a assinar o termo de contrato no prazo de 05 (cinco) dias corridos, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

12. RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. O recebimento do objeto licitado e afinal contratado será procedido com observância e disposição do art. 161 da Lei Estadual 9.433/05.

13. DO PAGAMENTO

13.1. A medição dos serviços será feita por prepostos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, quinzenalmente, de acordo com os serviços executados e constantes na planilha de serviços.

13.2. Considerando a medição feita pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e os valores unitários de cada serviço constante na planilha, encontrar-se-á o valor a ser pago.

13.3. As faturas serão apresentadas em duas vias, cobrindo os serviços executados e contados pela fiscalização.

13.4. Os pagamentos serão efetuados após apresentação das faturas, que deverão ser conferidas e aprovadas pela fiscalização.

13.5. O pagamento, pela Administração, das parcelas referentes ao contrato, fica condicionado à apresentação, junto a cada fatura, dos comprovantes de recolhimento das contribuições devidas aos órgãos competentes de assistência e previdência social, cujo vencimento, estabelecidos em lei, tenha ocorrido no mês anterior a apresentação da respectiva fatura.

13.6. A Prefeitura poderá deduzir nas faturas:

- a) Os valores das multas porventura aplicadas pela fiscalização;
- b) O valor dos prejuízos causados pela contratada, em decorrência da execução do objeto.

13.7. A Prefeitura não estará sujeita a qualquer penalidade por atraso do pagamento. No entanto, sempre que as faturas não forem liquidadas nas datas de vencimento estabelecidas, seus valores serão acrescidos da importância resultante da aplicação do índice estabelecido pelo Governo Federal, se houver correspondente ao período entre a data do vencimento e da data do efetivo pagamento, para efeito de correção.

14. MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA – REAJUSTAMENTO E REVISÃO

14.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

15. FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

15.1. A forma de execução do serviço do presente contrato será feito de acordo com o prazo previsto no instrumento contratual e editalício.

16. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

16.1. Observar fielmente as cláusulas e condições estipuladas por força deste instrumento.

16.2. Proceder ao pagamento devido, no prazo e condições estabelecidos, respeitadas, inclusive as normas pertinentes a reajustamentos e atualizações monetárias, estas nas hipóteses de eventuais atrasos no adimplemento das obrigações.

16.3. Certificar, tempestivamente, se o fornecimento ou serviços a serem executados obedecem as condições contratuais estipuladas.

16.4. Oferecer a Contratada todas as informações e condições indispensáveis ao pleno cumprimento da prestação de serviço ou fornecimento a ela contratualmente imposta.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Todas as despesas com encargos trabalhistas e previdenciários, impostos federais, estaduais e municipais, serão de responsabilidade da empresa vencedora.

17.2. Fornecer o objeto de acordo com as especificações técnicas constantes no edital de licitação e no presente contrato, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente da Administração.

17.3. Zelar pela boa e completa execução do contrato e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas.

17.4. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento do contrato.

17.5. Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento contratado, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência.

17.6. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.7. Promover, por sua conta e risco, o transporte dos bens, quando for o caso.

17.8. Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos bens, indicação de sua quantidade, preço unitário e valor total.

17.9. Todas as despesas com materiais e produtos, veículos, combustíveis e manutenção, equipamentos, mão de obra, fardamento e equipamentos de proteção individual, e todo o bem imprescindível a boa execução do serviço, correrão por conta da empresa vencedora, no que couber;

17.10. Todas as despesas com mobilização, locação, execução, local para guarda de materiais, produtos e equipamentos, serão de responsabilidade da empresa vencedora, quando for o caso;

17.11. Obriga-se a Contratada a fornecer ao Contratante, mensalmente e até o quinto dia de cada mês, relação nominal de todos os seus empregados, bem como cópias reprográficas, devidamente autenticadas dos comprovantes de quitação de todas as obrigações sociais.

17.12. Responder pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes do objeto desta licitação serão por conta da dotação orçamentária para a **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA RECURSOS HÍDRICOS E DESENVOLVIMENTO RURAL- ATIVIDADE: 20.606.054.2127 ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.98- FONTE 00.**

19. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO

19.1. Os serviços objeto desta licitação serão fiscalizados pela Prefeitura, através de prepostos credenciados junto a empresa, obrigando-se esta a assegurar a esses prepostos livre acesso aos locais de serviços e tudo facilitar para que a fiscalização possa exercer integralmente a sua função e com ela entender-se diretamente sobre os assuntos ligados aos objetos contratados.

19.2. As comunicações entre a fiscalização e a prestadora de serviço serão sempre por escrito. Quando por necessidade ou conveniência do objeto, houver entendimentos verbais, estes serão confirmados por escrito dentro do prazo de 02 (dois) dias após os mesmos.

19.3. A fiscalização poderá aplicar sanções e multas à fornecedora, nos termos deste edital, bem como examinar, a qualquer tempo, a documentação da contratada.

19.4. A fiscalização da Prefeitura não diminui nem exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade e correta execução dos serviços.

20. DAS PENALIDADES E RESCISÃO

20.1. Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nos arts. 184 e 185 da Lei Estadual 9.433/05, sujeitando-se os infratores às cominações legais, especialmente as definidas no art. 186 do mesmo diploma, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

20.2. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;

III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

20.2.1. A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

20.2.2. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso.

20.2.3. Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, a contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

20.2.4. Não tendo sido prestada garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta.

20.2.5. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

20.3. Será advertido verbalmente, pela presidente da comissão, o licitante cuja conduta vise perturbar o bom andamento da sessão, podendo essa autoridade determinar a sua retirada do recinto, caso persista na conduta faltosa.

20.4. Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de cadastrar e licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorrerem nos ilícitos previstos nos incisos VI e VII do art. 184 e I, IV, VI e VII do art. 185 da Lei 9.433/05.

20.5. Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos I a V do art. 184 e II, III e V do art. 185 da Lei. 9.433/05.

20.6. Para a aplicação das penalidades previstas serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato.

20.7. A inexecução, total ou parcial, do contrato ensejará a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas na Lei Estadual nº 9.433/2005.

20.8. A rescisão poderá ocorrer conforme estabelecido no art. 168 da Lei Estadual 9.433/2005

21. REVOGAÇÃO – ANULAÇÃO

21.1. A licitação poderá ser revogada ou anulada nos termos do art. 122 da Lei Estadual nº 9.433/05.

21.2. A revogação da licitação somente poderá se dar por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado.

21.3. O desfazimento do processo licitatório (revogação ou anulação) só pode se dar mediante o contraditório e a ampla defesa.

22. RECURSOS

22.1. O regramento dos recursos observará o disposto no Capítulo XII da Lei Estadual nº 9.433/05.

23. DA GARANTIA CONTRATUAL

23.1. A licitante vencedora ficará obrigada a prestar uma garantia de 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor máximo previsto no contrato, conforme preceitua o art. 136 da Lei nº 9.433/05.

23.2. Quando a modalidade da garantia optada for do tipo seguro garantia ou fiança bancária, os documentos deverão ter validade por um prazo de 60 dias superior ao prazo de vigência do contrato.

24. DA TRANSFERÊNCIA

24.1. É vedado à Contratada transferir ou subcontratar no todo ou em parte a execução do contrato, salvo expresso consentimento da administração.

25. DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por estes custos independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.2. Não serão admitidas propostas ou documentação enviadas por via postal, fax, e-mail ou protocolada em qualquer departamento desta prefeitura. Só serão aceitas as propostas e documentação entregues na data, horário e local previstos no item 5 deste Edital.

25.3. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição.

25.4. Será facultada a Comissão de Licitação, ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar no ato de sessão pública.

25.5. Ficará assegurado a Administração o direito de, no interesse da mesma, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, o presente Certame, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

25.6. Após a homologação do Certame e de seu resultado, a licitante vencedora, será convocado, por escrito, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, retirar, assinar e devolver o instrumento contratual na forma da minuta apresentada no **ANEXO V**, adaptado à proposta vencedora.

25.7. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

25.8. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

25.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local aqui estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão em contrário.

25.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e se incluirá o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Feira de Santana.

25.11. O desatendimento de exigências formais não implicará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do referido certame.

25.12. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

25.13. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverá ser encaminhado, por escrito, à Comissão Permanente de Licitações, através do e-mail: obrasdeengenharia@pmfs.ba.gov.br, ou protocolado no Departamento de Licitação e Contratos, até dois dias úteis antes da data de abertura do Certame, das 9h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00. Para outras solicitações, o licitante deverá entrar em contato através do telefone: **(75) 3602-8376**.

25.14. Deverá o licitante atualizar-se constantemente no site da Prefeitura: www.feiradesantana.ba.gov.br para ficar ciente de algum ajuste porventura existente no referido edital.

25.15. A homologação do resultado desta licitação não gerará direito à contratação do vencedor.

25.16. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, prevalecerá o Foro da Comarca de Feira de Santana, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

25.17. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação, que se valerá dos dispositivos legais inerentes à licitação e os seus princípios.

25.18. Integram o presente edital para todos os efeitos de direito apenas os seguintes anexos:

Anexo I –Orçamento Descritivo;

Anexo II – Modelo da Carta-Proposta e Proposta Financeira;

Anexo III – Modelo de Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor;

Anexo IV – Declaração de Superveniência;

Anexo V– Minuta do Contrato;

Anexo VI – Declaração;

Anexo VI I– Declaração de Inexistência de Servidor Público ou Empregado Público;

Anexo VIII – Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte;

Anexo IX – Procuração para a prática de atos concernentes ao certame;

Feira de Santana, 06 de julho 2019.

SIRLEIDE DE OLIVEIRA RODRIGUES
Presidente da CPL

Prefeitura Municipal de Feira de Santana
LICITAÇÃO Nº 177-2019 – TP Nº 028-
2019

O Edital da licitação acima mencionada foi devidamente analisado e aprovado com observância às exigências legais constantes da Lei Estadual 9.433/2005.

ANEXO I ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

1.0 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

A presente especificação visa descrever, esclarecer e complementar, o projeto para Recuperação e Construção do dormitório do Parque de Exposição, localizado na BR-324, neste Município.

O prazo previsto para execução dos serviços é de 03 (três) meses corridos, contados a partir da data da expedição da ordem de serviço.

A Contratada executará as suas custas o controle de qualidade necessário ao atendimento rotineiro das especificações e seus resultados deverão ser apresentados à Fiscalização quando solicitados.

Caberá a Contratada tomar as precauções necessárias para que os serviços e as obras em construção não sejam danificados pelas chuvas, não sendo devidos quaisquer ressarcimentos por parte da Contratada por prejuízos decorrentes destas.

Deverá ser mantido na obra um diário de ocorrências, atualizado, para registro das mesmas. Este deverá ser apresentado em 02 (duas) vias.

2.0 – SERVIÇOS PRELIMINARES

- INSTALAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS

Caberá a Fiscalização da obra, determinar os locais onde será colocada a placa dos responsáveis legais pelos serviços.

A Contratada deverá efetuar os registros da obra exigidos pelos órgãos, na forma da Lei.

Todas as despesas com instalações e mobilizações deverão ter seus custos diluídos nos preços do contrato.

3.0 - DEMOLIÇÕES E RETIRADAS

Serão demolidas e/ou retiradas às áreas citadas em planilha, essenciais às adequações do projeto proposto.

Os serviços de retiradas poderão ser feitos manualmente, quando assim for possível ou exigido pela Fiscalização.

Os materiais resultantes das demolições, quando se tratando em entulho, deverão ser removidos do canteiro, e quando considerados reaproveitáveis serão de propriedade da Contratada, não sendo permitida sua reutilização, salvo com autorização da Fiscalização.

Demolição de pavimentação de todas as áreas onde os pisos estiverem danificados do Parque de Exposição, citada em planilha.

Retirada em partes de gradil existentes do Parque de Exposição, citada em planilha.

Todas as esquadrias de madeira danificadas serão retiradas.

Demolição de revestimento citado em planilha.

Retirar morões, ripões, no redondél.

1.0 – SERVIÇOS PRELIMINARES

Os serviços de limpeza da área, instalação do canteiro, de sinalização e de locação da reforma, deverão obedecer às especificações que se seguem.

Ficará a cargo da Contratada todo o serviço de sinalização, tais como:

* sinais de advertência

* sinais de iluminação elétrica.

A sinalização vertical deve ser feita por meio de placas assentadas em suportes simples ou em pórticos.

A Fiscalização poderá exigir, quando necessário, qualquer outro tipo de sinalização e em qualquer local.

- LIMPEZA DO TERRENO

A limpeza do terreno abrange uma série de serviços tais como: destocamento manual capina, e conseqüente remoção de todo material, de forma a deixar o terreno, onde será implantada a obra, em condições que permita o início dos serviços. Todo o material retirado poderá ser queimado ou removido em local apropriado, com distância máxima de 300m, indicada pela Fiscalização.

Após a limpeza superficial, o terreno deverá ser totalmente regularizado, a fim de que as depressões e saliências existentes não venham mais a existir, resultando uma superfície regularizada e limpa.

A limpeza será executada nas áreas de corte e de aterro da plataforma de implantação da obra, bem como implantação dos acessos.

- LOCAÇÃO DA OBRA

Todos os serviços necessários à implantação da obra correrão por conta do Construtor devendo seu custo ser diluído nos preços do contrato, ressalvados os casos em que as especificações ou outro documento de contrato indicar outra modalidade de pagamento.

Caberá a Fiscalização o acompanhamento da locação de tal forma que no caso de eventuais alterações seja efetivada a comunicação com a Contratada a, com o máximo de antecedência possível.

A locação da construção deverá ser feita de acordo com o projeto.

A locação deverá ser global, sobre quadros de madeira, que envolvam todo o perímetro. Estes devem ser perfeitamente nivelados e em esquadro.

Será efetuada verificação das demarcações no terreno no início da obra e, caso se verifique a ausência ou o deslocamento de piquetes e marcas, far-se-á necessária nova demarcação, para que ocorra sua reconstituição parcial ou total.

2.0 – FUNDAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Os serviços de escavações serão feitos manualmente. As escavações das valas e das cavas serão executadas em seções compatíveis com o projeto estrutural, obedecendo, indicações do projeto arquitetônico.

O fundo das valas deverá estar isento de pedras soltas, detritos orgânicos, etc., e apresentar-se perfeitamente plano e horizontal.

O fundo das valas deverá ser abundantemente molhado com finalidade de localizar possíveis elementos estranhos tais como formigueiros, raízes, etc. (não aflorados), que serão localizados por percolação da água. Logo após esta verificação o fundo das valas deverá ser fortemente apiloado.

Os reaterros serão feitos, sempre que possível, com o material retirado das escavações. A complementação deverá ser feita com materiais provenientes de jazidas, de constituição aprovada pela Fiscalização.

Serão executadas escavações com dimensões mínimas de (0,30 x 0,50)m e comprimento igual às alvenarias projetadas.

Para as contenções dos passeios serão executadas escavações com dimensões mínimas de (0,20 x 0,20)m.

2.0 – CONCRETO ARMADO PARA INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA

Compete a Contratada o estudo de todos os elementos estruturais e suas interligações, uma vez que assumirá inteira responsabilidade pela estabilidade e resistência da estrutura que calcular e construir.

Compete a Contratada o estudo de todos os elementos estruturais e suas interligações, uma vez que assumirá inteira responsabilidade pela estabilidade e resistência da estrutura que calcular e construir.

Nenhum conjunto de elementos estruturais (pilares, vigas, sapatas, laje, rufo, etc.), poderá ser concretado sem a prévia e minuciosa verificação, por parte do Construtor e da Fiscalização da perfeita disposição, dimensões, ligações e escoramentos das formas e armaduras correspondentes,

bem assim sem prévio exame da correta colocação das instalações elétrica e hidro-sanitária e outros elementos que devam ficar embutidos na massa do concreto.

Os furos para passagem de canalizações através das vigas ou outros elementos estruturais, quando inteiramente inevitáveis, serão assegurados por buchas ou caixas, corretamente localizados nas formas e de acordo com o projeto estrutural.

A localização e dimensões dos furos serão objeto de atento estudo por parte do Construtor, a fim de se garantir a solidez da estrutura.

Os agregados deverão ser armazenados separadamente, de acordo com suas granulometrias e em locais que permitam a livre drenagem das águas pluviais.

A Contratada deverá apresentar à Fiscalização no prazo de 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato, projeto estrutural para a execução da obra. Este será apresentado em cópias heliográficas, para apreciação e posterior aprovação do mesmo. Após aprovação deverão ser entregues, os originais, em papel vegetal ou em CD à Secretaria Municipal de Planejamento, que enviará cópias à Fiscalização, para acompanhamento de sua execução.

Nenhum serviço de estrutura deverá ser executado sem prévia apresentação, e aprovação, do projeto estrutural.

Deverão ser previstos no projeto estruturais pilares e cintas de amarração em todas as paredes projetadas.

- FORMAS E ESCORAMENTO

As fôrmas deverão possuir armações e escoramentos próprios para não se deslocarem ou se deformarem, no lançamento do concreto. O material empregado para as fôrmas deverá ser de 1ª qualidade e bastante resistente, para que seja reaproveitado, ao máximo, após cada desforma.

Antes do lançamento do concreto as fôrmas deverão ser limpas e molhadas, até saturação.

O Construtor deverá atender, com precisão, na confecção das fôrmas, às exigências estabelecidas no projeto estrutural quanto às dimensões, tendo também cuidado no contraventamento das mesmas de modo a evitar que a exposição aos agentes naturais, choques ou vibrações no ato de implantação das armaduras, e na concretagem, causem deformações nas peças e conseqüentemente no conjunto.

O desenho das fôrmas deverá ser rigorosamente obedecido.

Não se admitirá barrotes de madeira com seção menor do que (0,07 x 0,07)m. Os barrotes com mais de 3,0 m deverão ser contraventados nos dois sentidos, distanciados no máximo de 1,50 m.

- ARMADURA

Durante a execução das armaduras verificar-se-á com atenção se o dobramento das barras confere com o desenho de cálculo; se o número de barras, suas bitolas e suas posições estão corretos; se as amarrações e os recobrimentos são os recomendados.

Não será permitido alterar o número de barras, o diâmetro das bitolas ou o tipo de aço. Toda a ferragem da armadura deverá estar limpa e isenta de quaisquer detritos ou excesso de oxidação, antes de ser colocada na forma para conseqüente concretagem.

Não serão admitidas emendas de barras, não previstas no projeto estrutural, salvo em casos especiais e com a prévia autorização da Fiscalização.

O dobramento do aço CA-25 deverá ser feito, sempre que possível a frio, admitindo-se aquecimento para os aços especiais CA-50 e CA-60.

Cuidado especial deverá ser tomado ao se colocar as armaduras nas fôrmas de modo que estas fiquem completamente recobertas pelo concreto.

- CONCRETO

Seu preparo e lançamento obedecerão ao disposto nas Normas da ABNT, como também às especificações para o concreto estrutural.

Não será permitida a concretagem sem prévio exame das fôrmas, das armaduras e dos materiais a serem utilizados na concretagem, por parte da Fiscalização. Salvo determinações em contrário as concretagens só terão início com a presença da Fiscalização.

O lançamento do concreto deverá obedecer ao plano de concretagem, não sendo toleradas juntas, além das previamente estabelecidas, e será executado na mesma seqüência da confecção das formas.

Não deverá ultrapassar de 30 minutos o intervalo entre a adição da água e o lançamento do concreto, sendo vedado o uso do concreto ré-misturado.

O concreto deverá ser misturado, mecanicamente, de preferência em betoneira de fluxo contínuo que possibilite maior uniformidade e rapidez na mistura de todos os elementos, inclusive eventuais aditivos. Só será admitido o amassamento manual, excepcionalmente, a juízo da Fiscalização.

O consumo mínimo de cimento para concreto estrutural será de 300 Kg/m³.

Quando o adensamento for manual (com aprovação da Fiscalização), deverá o concreto ser socado contínua e energicamente, por meio de hastes apropriadas.

O adensamento será feito de forma tal que o concreto envolva completamente a armadura e atinja todos os pontos da forma; Não serão admitidos, nas peças, ninhos, falhos ou traços de desagregação do concreto.

Será motivo para não aceitação total da peça ou parte dela, a critério da Fiscalização, a existência de falhas de concretagem com extensão que comprometa a resistência da peça.

Deverá ser submetido à Fiscalização, o processo a ser usado para correção das falhas, cabendo-lhe ainda estabelecer a extensão da parte rejeitada da estrutura a ser demolida para reconstrução.

- RETIRADA DAS FÔRMAS E DO ESCORAMENTO

A retirada das fôrmas e do escoramento só poderá ser feita quando (a critério da Fiscalização) o concreto estiver suficientemente endurecido para resistir às cargas que sobre ele atuam.

Todavia não deverá ser antes dos seguintes prazos:

Faces laterais03 dias

Faces inferiores, deixando-se pontaletes bem acunhados, convenientemente espaçados.....14 dias

Faces inferiores, sem pontaletes21 dias

A retirada do escoramento deverá ser efetuada sem choques e obedecerá a um programa elaborado de acordo com o tipo de estrutura.

Para facilitar a desforma deverá ser aplicada pintura anti-aderente.

- JUNTAS DE CONCRETAGEM

Quando o lançamento do concreto for interrompido e assim se formar uma junta de concretagem devem ser tomadas as precauções necessárias para garantir, ao reiniciar-se o lançamento, a suficiente ligação do concreto já endurecido com o novo trecho.

Ao ser reiniciado o lançamento, deverão ser tomadas as seguintes precauções:

- Remoção da nata;

- Limpeza e molhação da superfície.

Quando necessário, envolver a junta com estopa embebida em água desde o dia anterior para que seja evitada a absorção da umidade do concreto novo.

Cuidados especiais devem ser tomados para que essas juntas não comprometam o aspecto estético das peças, não se admitindo juntas desse tipo em parâmetros verticais.

- LAJE PRE-MOLDADA

As lajes pré-moldadas serão dispostas uniformemente com dimensões, espaçamentos e posições adequadas.

Serão escoradas de modo a não permitir que apareçam trincas pela simples circulação sobre as mesmas.

A concretagem dar-se-á após as peças terem sido molhadas até a saturação e deverá atender as determinações para concreto.

Quando do adensamento, o mesmo será executado cuidadosamente evitando-se o deslocamento das peças, entre outros cuidados.

Serão executadas nos locais indicados em projeto.

LAJE DE CONCRETO ARMADO

As lajes de concreto armado, serão dispostas uniformemente com dimensões, espaçamentos e posições adequadas.

Serão escoradas de modo a não permitir que apareçam trincas pela simples circulação sobre as mesmas.

A concretagem dar-se-á após as peças terem sido molhadas até a saturação e deverá atender as determinações para concreto.

Quando do adensamento, o mesmo será executado cuidadosamente evitando-se o deslocamento das peças, entre outros cuidados.

Cuidados especiais devem ser tomados para que essa junta não comprometam o aspecto estético das peças, não se admitindo juntas desse tipo em parâmetros verticais.

Deverá ser executada a laje no reservatório elevado, para vedação superior do depósito de ferramentas.

4.0 – LEVANTE

- BLOCOS CERÂMICOS

As alvenarias serão executadas com blocos cerâmicos de 06 furos, de 1ª qualidade, devendo ser assentados com juntas amarradas e argamassa de cimento e areia no traço 1:8. Deverão ser executadas com as dimensões e alinhamentos determinados no projeto arquitetônico.

As espessuras indicadas referem-se às paredes depois de revestidas, permitindo-se uma variação de, no máximo 2,0 centímetros com relação à espessura projetada.

As fiadas serão perfeitamente alinhadas, niveladas e aprumadas.

Será observada a “amarração” das paredes com outras paredes e com os elementos estruturais, para que sejam evitadas trincas e rachaduras. A amarração entre paredes e pilares se fará através de ferros deixados nos mesmos quando da sua concretagem. A amarração entre paredes e vigas ou lajes se dará através de cunhas pré-moldadas de concreto ou tijolos cerâmicos assentados obliquamente. Estas amarrações só poderão ser executadas após oito dias da conclusão de cada pano de parede.

Todos os vãos das esquadrias, que não coincidam com a estrutura na sua parte superior, deverão receber verga armada de concreto, de maneira que esta ultrapasse em, pelo menos 0,20m às extremidades dos vãos.

Para fixação de esquadrias de madeira deverão ser deixados, nas alvenarias, chapuzes de madeira em número suficiente para uma boa fixação das mesmas. Os chapuzes devem ser imunizados através do processo de imersão, com produto apropriado, e só poderão ser utilizados após 48 h do início do tratamento.

Na água de preparo da argamassa de assentamento das quatro primeiras fiadas será adicionado impermeabilizante, na proporção de 1:15.

- TIJOLOS MACIÇOS

As paredes das caixas de gordura, das caixas de passagem (das instalações: hidro-sanitária, elétrica, telefônica, de drenagem) serão executadas em tijolos maciços com espessura final de 0,15 m, devendo ser assentados com juntas amarradas, com argamassa de cimento e areia no traço, rigorosamente aprumado e nivelado, devidamente rebocado (internamente/externamente e em suas

arestas), sendo que o seu assentamento obedecerá às mesmas recomendações indicadas para blocos cerâmicos. Os tijolos serão de 1ª qualidade e submetidos à aprovação da Fiscalização.

As alvenarias das fundações e contenções dos passeios, serão em tijolo maciço dobrado, chapiscadas e rebocadas posteriormente.

5.0 – COBERTURA

A cobertura será executada de acordo com as indicações do projeto arquitetônico, das normas da ABNT e das especificações abaixo descritas.

- ESTRUTURA METÁLICA PARA COBERTURA

A estrutura da cobertura será de estrutura metálica.

Todos os materiais a serem utilizados, serão de 1ª qualidade, com dimensões compatíveis com as solicitações às quais serão submetidos.

Deverão ser rigorosamente atendidos os detalhes do projeto.

As estruturas de aço atenderão às normas estabelecidas pela ABNT.

Todas as peças deverão ser fornecidas à obra, com uma demão de tinta anticorrosiva, sendo feita a pintura final após a montagem da estrutura.

Serão evitados os cantos diretos de telhas de alumínio com terças de ferro, utilizando-se para tanto, fita adesiva isolante.

As estruturas serão executadas em ferro chato, cantoneiras, redondo ou perfis.

As ligações serão feitas por meio de parafusos e porcas, rebites ou soldagem.

Durante a concretagem, deverá ser previsto os chumbadores necessários à fixação das estruturas metálicas.

Os materiais a serem utilizados obedeceram às normas acima citadas. Serão utilizados materiais do seguinte tipo: Aço estrutural para perfis e chapas; Tubos estruturais; Barras redondas; Chapas de piso; Parafusos de alta resistência; Parafusos comuns; Chumbadores; Eletrodos para solda manual; peças não estruturais.

Quando da fabricação, deverá ser observado os critérios estabelecidos para áreas efetivas de soldagem:

a) Solda de entalhe:

- A área efetiva das soldas de entalhe deverá ser calculada como o produto do comprimento efetivo da solda pela espessura da garganta efetiva;

- A garganta efetiva da solda de entalhe de penetração total deve ser igual à menor das espessuras das partes soldadas.

b) Soldas de filete:

- A área efetiva da solda de filete deverá ser calculada como o produto do comprimento efetivo da solda pela espessura da garganta efetiva;

- O comprimento efetivo da solda de filete, exceto em furo ou rasgos deve ser igual ao comprimento total da solda de dimensão uniforme, incluindo retornos nas extremidades. A garganta efetiva de uma solda de filete é igual à menor distância média da raiz à face plana teórica da solda.

Se numa mesma ligação forem usadas dois ou mais tipos de solda (entalhe, filete, tampão em furos ou rasgos), a resistência efetiva de cada um destes tipos deve ser determinada separadamente e referida ao eixo do grupo a fim de se determinar a resistência admissível da combinação.

Para se obter uma boa solda, o fabricante deverá observar os passos a seguir:

a) O projeto de junta - para se evitar soluções de fabricação onerosas, com resultados imprevisíveis como trincas, fissurações, porosidade e escórias;

b) Estabelecer bons procedimentos de soldagem;

c) Usar soldadores devidamente qualificados pelas normas;

d) Empregar inspetores competentes e bem treinados.

Antes de se iniciar a solda todas as ligações deverão ser previamente inspecionadas, visando-se à limpeza da junta, posicionamento, pré-aquecimento do metal base, seqüência de soldagem, tratamento da raiz, etc..

Serão inspecionados durante a fabricação de acordo com as recomendações técnicas constantes na AWS D.1.1/92 e NBR 8800/96.

Apesar de todos os cuidados, é necessário em casos uma continuação da qualidade das soldas. Caberá ao Engenheiro projetista indicar as regiões críticas, em termos de solicitações estáticas ou dinâmicas, que deverão ser analisadas, e o método de inspeção (visual, líquido penetrante, partículas magnéticas, etc.).

Conforme especificações deverão ser observadas todos os critérios normativos para ligações aparafusadas.

Os parafusos de alta resistência deverão ser empregados quando existirem grandes cargas nas peças a ligar e nas ligações principais das estruturas sujeitas a cargas dinâmicas.

Deverão ser obedecidas as normas da NBR 8800 e o AISC/89, que estabelecem permissão para o uso de parafusos de alta resistência ou solda nas estruturas.

Para os casos em que não se enquadrem nas normas, as ligações poderão ser feitas com parafusos comuns ASTM A 307 ou ISO 4.6.

A cumeieira deverá ser do mesmo material, concordando com a inclinação da cobertura.

As terças, vigas colocadas na cobertura, situadas entre as vigas principais ou secundárias de pórticos ou tesouras, terão como finalidade, suportar as chapas de cobertura. Deverá ser utilizado para execução das terças o perfil “U” enrijecido, convenientemente dimensionado, padrão “TECNOFER”.

As vigas de tapamento, situadas entre pórticos ou colunas com a finalidade de servir de apoio para as chapas de tapamento, serão executadas em perfis “U” enrijecido, convenientemente dimensionado.

Os tirantes das correntes e das vigas de tapamento serão convenientemente dimensionados em barras redondas, colocadas entre apoios das vigas com a finalidade de reduzir o vão entre elas no sentido da menor inércia.

O escoramento dos beirais serão dimensionados em barras simples ou compostas, situadas próximo ao nó formando pela coluna com a viga do pórtico ou tesoura. Terá como finalidade dar estabilidade às colunas no sentido longitudinal.

Deverão ser convenientemente dimensionadas as barras colocadas nas estruturas com a finalidade de garantir a estabilidade do conjunto durante a sua vida útil e durante a fase da montagem, dando ao edifício uma rigidez espacial.

As vigas da cobertura (vigas mestras) e as colunas serão dimensionadas conforme medidas de projeto, ficando a critério do fabricante a escolha da seção usual, tais sejam vigas de almas cheias, ou vigas treliçadas paralelas.

A ventilação natural deverá ser dimensionada visando a diminuição e combate às fontes irradiantes de calor, regular o calor e umidade, eliminar a poeira, os vapores e os gases provenientes do funcionamento de equipamentos. As calhas e os tubos de decida serão dimensionados para as descidas de águas pluviais e o escoamento das águas de chuvas que caem sobre o telhado.

Deverão ser usadas chapas galvanizadas com espessura mínima de 1,5 mm, podendo chegar a espessuras superiores e de acordo com a área escolhida.

A inclinação das calhas deve ser, no mínimo de 0,5%, podendo chegar a 0,2% em casos excepcionais.

As calhas deverão ser dimensionadas levando-se em consideração a velocidade de escoamento em função da declividade “d”, vazão “Q”, através da calha, que depende da área “A” da cobertura em planta e da intensidade das chuvas.

Antes da pintura, será feita a limpeza da estrutura. A limpeza visa à remoção de óleo, gordura, graxas, cascas de laminação e partes oxidadas.

Poderão ser usados os seguintes processos de limpeza:

- utilização de solventes;
- desagregação natural;
- limpeza manual;
- limpeza mecânica.

Como base da pintura será aplicada duas demãos de Epoxi zarcão óxido de ferro N-1349, com espessura da película seca de 35 microns por demão. O acabamento será feito aplicando-se duas demãos de Esmalte Epoxi N-1198, com espessura de película seca de 30 microns por demão.

Problemas de corrosão, erosão, desgaste natural, mau manuseio, negligência ou manutenção inadequada não será considerado falhas ou defeitos.

-RECOBRIMENTO COM TELHAS DE ALUMÍNIO

As telhas dos tipos trapezoidais ou onduladas, deverão possuir espessura mínima de 7mm, fixadas ao madeiramento por ganchos, parafusos e arruelas de alumínio.

Não deverão se apoiar diretamente sobre terças de ferro, utilizando-se para tanto fita adesiva isolante própria.

6.0 – REVESTIMENTOS

Deve-se verificar antes do início de quaisquer serviços de revestimentos das superfícies, se as canalizações de água e eletrodutos estão perfeitamente embutidas e protegidas.

As superfícies deverão ser previamente limpas, molhadas e chapiscadas.

Os revestimentos deverão ser perfeitamente desempenados, aprumados, alinhados e nivelados, com as arestas chanfradas.

Não serão permitidas diferenças de textura ou de coloração, ou descontinuidade, nas recomposições parciais de quaisquer revestimentos.

Fica vedada para qualquer tipo de revestimento, a utilização de argamassas misturadas no dia anterior ao da sua utilização, mesmo que tenham sido conservadas abundantemente molhadas. Não será permitida, também, a ré-mistura de sobras de argamassas já utilizadas.

- CHAPISCO

Todas as superfícies a receberem revestimentos deverão ser chapiscadas, com argamassa de cimento e areia no traço 1:4.

Antes do chapiscamento estas superfícies deverão ser recompostas, com argamassa de cimento e areia (a colher), sanando-se a existência de possíveis trincas e fendas.

- EMBOÇO

Será aplicada em todas as superfícies que receberão revestimento, de cerâmica. Será feito com argamassa de cimento e areia no traço 1:6 e espessura mínima de 0,015m. Deverá ser feito de uma só vez, com superfície regularizada, sem quaisquer ondulações e ter acabamento áspero, para maior aderência.

- REBOCO

Antes da aplicação dos revestimentos internos deverão ser assentadas as “mestras”, em paredes e tetos, de modo a se garantir a verticalidade dos panos de paredes, o nivelamento dos tetos e o perfeito esquadramento dos cantos dos diversos cômodos.

Será aplicada massa em todas as paredes internas, externas e em tetos, com exceção de onde forem assentados azulejos ou cerâmicas. O traço será 1:6 (cimento e areia peneirada), e a espessura mínima será de 0,015m.

Serão feitos de uma só vez, os revestimentos dos panos de paredes, para evitar emendas, e não deverão possuir quaisquer ondulações. A espessura não será superior a 0,025m. Serão regularizados e alisados com régua e desempenadeira, posteriormente com feltro ou borracha esponjosa.

Deverá ser adicionado às argamassas de revestimentos externos impermeabilizantes líquidos, nas proporções indicadas pelo fabricante.

Fica vedada, para qualquer tipo de revestimento, a utilização de argamassa misturada no dia anterior ao da sua aplicação, mesmo que tenha sido conservada abundantemente molhada. Não será permitida, também, a utilização de sobras de argamassas já utilizadas.

- CERÂMICA

Serão cuidadosamente escolhidos no canteiro de obras sendo recusados pela Fiscalização, os defeituosos.

As juntas serão verticais, ao prumo, corridas, não devendo ultrapassar 0,015m. Posteriormente serão rejuntadas com material apropriado, na cor da cerâmica. As cerâmicas a serem cortados, para a passagem das tubulações hidráulicas e elétricas, não deverão apresentar rachaduras e/ou emendas. O rejuntamento delas serão executados após 48 horas do assentamento deles, sendo as juntas e bordas limpas, removendo-se o excesso da pasta.

Para a execução do acabamento das arestas das alvenarias, com cerâmicas, deverão ser colocadas, as cerâmicas frontais externamente e as cerâmicas laterais embutidas por trás destes.

Aparelhos especiais como diamante e esmeril, deverão ser usados para o corte das cerâmicas, em locais de passagem de canos, torneiras, etc.

As cerâmicas serão do tamanho (0,62x0,62)m , cor branca, tipo A. assentada nas áreas internas dos sanitários com altura total do pé direito.

O assentamento será primoroso, para que não surjam ondulações ou reentrâncias, ficando as juntas perfeitamente horizontais e verticais.

70 – PAVIMENTAÇÃO

O piso só será aplicado depois de concluídos os revestimentos das paredes e tetos, e a vedação dos vãos externos.

Os pisos atenderão as Normas da ABNT, às determinações do projeto de arquitetura e às especificações do fabricante, além das especificações que se seguem:

Cuidados especiais deverão ser tomados no sentido de garantir-se a direção e o grau de inclinação (mínimo de 1%) nos pisos acabados.

As superfícies pavimentadas não deverão possuir, nem permitir, depressões, que impossibilitem o perfeito escoamento das águas.

- ATERRO COMPACTADO

Nos vãos, onde posteriormente serão pavimentados, se aplicará aterro compactado, com material de primeira qualidade, em camadas sucessivas de 0,20m, até o nível especificado para o contrapiso.

Deverão ser observadas, cuidadosamente, as referências de níveis, especificadas no projeto arquitetônico.

- CAMADA DE REGULARIZAÇÃO

No pavimento térreo e superior serão aplicadas camada de regularização com $E_s=0,05m$. Será executada com argamassa de cimento e areia no traço 1:3, não devendo possuir espessura maior que 2,5 cm.

Terá acabamento desempenado ou alisado, e sobre a mesma serão assentados os materiais de revestimento.

- CONCRETO DESEMPOLADO

Áreas determinada pelo projeto arquitetônico será aplicado contra piso em concreto simples, no traço 1:3: 5 (cimento, areia e britas, 1 e 2). Sua espessura será de 0,07m. Deverá conter um mínimo de 250 kg/m³.

A área a ser trabalhadas a ultima camada será feito uma compactação uniforme. Se a umidade do solo não se situar nas proximidades da umidade ótima determinada em ensaio, a mesma deverá receber irrigação uniforme.

Cuidados especiais deverão ser tomados no sentido de garantir-se a direção e o grau de inclinação (mínimo de 1%) nos pisos acabados.

As superfícies pavimentadas não deverão possuir, nem permitir, depressões, que impossibilitem o perfeito escoamento das águas.

- CERÂMICA

Os pisos internos externos deverão ser do tipo ladrilhos cerâmicos (0,62x0, 62)m, cor branco, tipo A. Todos os pisos deverão ser aceitos anteriormente pela Fiscalização.

Deverão ter caimento para os ralos ou portas externas. Sua declividade será de 1% a 2%.

As peças, antes da aplicação, serão molhadas, até saturação.

O assentamento será feito de modo a deixar juntas perfeitamente alinhadas, com espessuras mínimas, rejuntadas a cimento branco. Para o assentamento será empregada argamassa no traço 1:6 (cimento e areia). Será vedado o trânsito sobre os pisos recém-colocados por, no mínimo, dois dias.

- SOLEIRAS

Em ambientes contíguos e de mesmo nível, será adotado o seguinte critério para as soleiras internas: se os dois pisos forem do mesmo material, a soleira também o será; se forem de materiais diferentes, a soleira será do mesmo material do piso do ambiente que a contiver.

Serão colocadas soleiras em granito nas portas obedecendo ao projeto.

8.0 – ESQUADRIAS

As esquadrias deverão atender, rigorosamente, quanto a sua localização e execução, às indicações do projeto arquitetônico.

Caberá a Fiscalização não permitir a colocação de qualquer esquadria que se encontre em desacordo com as determinações do projeto arquitetônico ou das especificações.

- MADEIRA

Para execução das esquadrias deverá ser empregada madeira de primeira qualidade.

Toda madeira a ser empregada deverá estar seca e isenta de defeitos que comprometam a sua qualidade tais como rachaduras, nós, escoriações, falhas, empenamentos, etc.

As portas internas, serão em madeira lisa, alisares internos e externos, nas dimensões indicada no projeto arquitetônico. Deverão ser assentadas de acordo com as normas existentes para este serviço. As demais portas internas serão de madeira semi-oca.

As guarnições serão em madeira maciça, fixadas aos chapuzes por intermédio de parafusos tipo EC - Latão, de 6" x 2.1/4" (nomenclatura da NB-45 da ABNT). Serão empregados oito parafusos, no mínimo, por guarnição.

Deverão ser assentadas de acordo com as normas existentes para este serviço.

ALUMÍNIO

Deverão atender, às especificações das demais esquadrias, além dos detalhes específicos.

Não será permitido, o contato direto de elementos de cobre e metais pesados com o alumínio. Este isolamento poderá ser feito por meio de pintura, borracha clorada, plástico ou outro processo qualquer, que satisfaça.

Os parafusos para ligação deverão apresentar ajuste perfeito, sem folgas, rebarbas ou diferenças de nível.

A anodização conterà acertada de níquel e, em caso onde se achar conveniente, poderão ser feitas verificações da espessura do recobrimento, que deverá ser de 15 microns, no mínimo.

As esquadrias de alumínio serão fixadas a contra marcos e chumbadores, previamente fixados nas alvenarias.

Todas as esquadrias de alumínio deverão ser protegidas por película plástica que será retirada quando da conclusão e limpeza da obra. Caso não sejam observadas estas medidas de proteção, poderá a fiscalização, exigir a retirada de qualquer esquadria que tenha sido danificada ou manchada pelo ataque de substâncias como cimento, ácidos, produtos de limpeza, etc., mesmo que implique na remoção ou demolição de peitoris ou arestas.

As peças de alumínio não anodizado, serão pintados com camadas de óleo protetora, a qual será removida ao final da obra.

Todo o cuidado deverá ser dado ao transporte, de modo a que as superfícies anodizadas ou não, não venham a sofrer danos.

- FERRO

Todo o material a ser empregado nas esquadrias de ferro ou aço deverá ser novo, de primeira qualidade e sem defeitos de fabricação ou falhas de laminação. Todos os quadros fixos ou móveis serão perfeitamente esquadrejados ou laminados, de modo a desaparecerem as rebarbas e saliências das sobras, tendo estes, estrutura rígida.

Todas as esquadrias de ferro, antes de serem colocadas, deverão receber uma demão de tinta antiferruginosa.

As esquadrias deverão ser entregues na obra com todas as ferragens.

- FERRAGENS

As ferragens serão inteiramente novas e em perfeito estado de funcionamento.

Não serão toleradas folgas que exijam emendas, taliscas de madeiras, reforços, etc.

Para o assentamento serão empregados parafusos de 1ª qualidade, com acabamento e dimensões compatíveis com as peças que fixarem. A localização das ferragens nas esquadrias será medida, de modo que sejam evitadas discrepâncias de posição ou diferença de níveis perceptíveis à vista.

Nas portas serão colocadas fechaduras de embutir e três dobradiças de 3"x2½", de primeira qualidade. As ferragens serão em latão oxidado.

- VIDROS

Em todas as portas externas, janelas e basculantes (especificados) serão empregados vidros temperado, de primeira qualidade, com espessura de 8mm, sem ondulações ou bolhas.

Os vidros serão presos com material que permita um perfeito ajustamento e evite vibrações.

Peças trincadas, com defeitos de fabricação ou com diferenças no assentamento, deverão ser substituídas.

- PEITORIS

Nas áreas dos basculantes e janelas deverão ser colocados peitoris em granito, igual à espessura das paredes onde será assentado mais 0,025 metros de beiral para cada lado. Deverão ter sulcos em sua parte inferior externa que funcionem como pingadeira.

9.0 – INSTALAÇÕES

A execução de qualquer serviço deverá obedecer às prescrições da ABNT, (específicas para cada tipo de instalação), às disposições das Companhias Concessionárias e às especificações e recomendações dos fabricantes dos diversos materiais.

- INSTALAÇÃO ELÉTRICA

A execução da instalação elétrica obedecerá rigorosamente ao projeto, bem como às Normas Técnicas da ABNT e às Portarias Municipais vigentes.

A instalação só será aceita quando entregue em perfeitas condições de funcionamento e ligada definitivamente à rede da COELBA.

A entrada de energia será em dutos e cabos subterrâneos e caixas de alvenaria. Deverá ainda ter aterramento completo para proteção do sistema elétrico.

O quadro geral de distribuição será do tipo "ao tempo" e conterà barramento geral e disjuntores de proteção para os alimentadores dos painéis de luz e força parciais.

As distribuições parciais dos circuitos de iluminação e força serão feitas a partir dos quadros de luz e quadro de tomadas, em eletrodutos embutidos em laje, piso ou paredes.

Deverão ser independentes os circuitos de iluminação, dos de força e dos mais potentes, tais como: ar condicionado, computadores e aparelhos especiais.

As tubulações embutidas nas lajes, alvenarias e pisos serão de eletrodutos em PVC rígidos, rosqueáveis, com bitolas mínimas de 1/2" e material de primeira qualidade, aprovado pela Fiscalização.

Serão rejeitados os tubos cuja curvatura resulte em fendas ou redução de seção.

Toda a instalação elétrica exposta deverá ser protegida por eletroduto de PVC rígido.

Os eletrodutos serão chumbados com argamassa de cimento e areia no traço 1:4.

A tubulação será instalada de modo a não formar cotovelos.

Todas as emendas dos condutores serão feitas nas caixas, não sendo permitidas, em nenhum caso, emendas dentro dos eletrodutos.

As caixas de ligação para luminárias, no teto, serão plásticas, reforçadas, tipo de embutir, com fundo móvel ou travado. As caixas para luminárias externas serão sextavadas, plásticas, reforçadas tipo de embutir, tamanho 3"x 3".

As caixas para arandelas serão sextavadas, plásticas, reforçadas, tipo de embutir, tamanho 3"x3".

As caixas para tomadas e interruptores serão plásticas, tamanho 4"x2", com furação de 1"x1/2".

As caixas embutidas nas paredes deverão facear o revestimento da alvenaria como também estar niveladas e aprumadas.

Interruptores, tomadas e campainhas serão de embutir, em caixas 4"x 2", tipo universal, monofásicas, com placas de espelhos plásticos.

Os disjuntores serão do tipo termomagnéticos, em caixas moldadas, com capacidades adequadas às instalações.

As luminárias para lâmpadas fluorescentes serão do tipo calha tubular. As luminárias externas serão do tipo casco de tartaruga.

As lâmpadas serão de marca comercial, aceitas pela Fiscalização.

Cada disjuntor será identificado pelo número do circuito correspondente.

As tubulações em áreas externas deverão ter um caimento de 1% para as caixas de passagem.

Todos os aparelhos elétricos deverão estar ligados a terra.

- INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS

ÁGUA

A distribuição de água far-se-á por gravidade a partir do reservatório superior, com 1.000 litros, alimentando todas as unidades da instalação dos sanitários.

A rede de água será em tubos e conexões de PVC rígido, soldável, de primeira qualidade, classe 12. A instalação das colunas de distribuição, ramais e sub-ramais internos, até os pontos de utilização, seguirão o projeto. As tubulações deverão ter suas extremidades vedadas por plugs ou tampões, a serem removidos na ligação final dos aparelhos sanitários.

O diâmetro mínimo para tubulações, mesmo em sub-ramais, será de 25 mm.

As canalizações não poderão passar dentro de caixas de inspeção e não serão assentadas em valetas de canalização de esgoto.

- ESGOTO SANITÁRIO

A instalação será executada com tubos e conexões de PVC rígido, soldável, tipo esgoto, de primeira qualidade, com capacidade para esgotamento de todos os pontos de utilização, indicados no projeto.

Ralos e caixas sifonadas serão em PVC, rígido, com acabamento cromado.

Nas tubulações de águas pluviais ou de esgoto as juntas das canalizações de PVC serão unidas com uso de adesivos e solução limpadora ou com anéis de borracha.

A declividade será uniforme, entre as sucessivas caixas de inspeção, não se permitindo depressões que possam formar depósitos no interior das canalizações.

Todos os aparelhos deverão ser instalados de modo a permitir fácil limpeza e remoção de detritos.

Não será permitido o emprego de conexões em cruzeta ou em ângulo reto, a não ser em tubulações de ventilação.

Todo aparelho sanitário, na sua ligação ao ramal de esgoto, deverá ser protegido por sifão ou caixa sifonada, com grelha, atendendo aos requisitos exigidos na ABNT.

O conjunto fossa-sumidouro e as caixas de inspeção, de passagem, caixa de distribuição, serão executadas, em alvenaria de tijolos maciços, assentados com argamassa no traço 1:4 (cimento e areia). Revestidas internamente com argamassa no traço 1:3 (cimento e areia), com acabamento

alisado, com capacidade de recepção suficiente para atender as contribuições da demanda do esgotamento. Nos locais indicados no projeto arquitetônico.

Obedecendo as seguintes prescrições:

- a) As lajes de fundo serão em concreto armado, devendo nelas ser moldadas as meias seções dos coletores que por ali passarem, obedecendo-se a declividade dos subcoletores;
- b) Não se permitirá a formação de depósito de detritos, no fundo das caixas;
- c) As paredes deverão ser levantadas a uma altura tal, que sobre a tampa resulte recobrimento máximo de 0,10m, para facilitar futuras inspeções;
- d) As tampas serão em concreto armadas, perfeitamente vedadas e de fácil remoção;

As caixas de gordura, construídas em alvenaria de tijolos maciços, deverão ter as paredes internas completamente lisas, revestidas com argamassa de cimento e areia no traço 1:3. As tampas deverão ser facilmente removíveis e o fundo terá declividade mínima de 10%.

O reenchimento das valas será executado convenientemente em camadas de 0,20 m, sucessivas e cuidadosamente apiloadas.

As juntas de canalização de PVC serão executadas com adesivo e solução limpadora ou com anéis de borracha, nas tubulações de água fluviais ou de esgoto.

As canalizações de esgoto não serão instaladas acima de reservatórios de água.

A fossa séptica será do tipo OMS, com dimensões de acordo com o nº de usuários, construídas em tijolos maciços revestidos com massa única impermeabilizada.

A localização das fossas deverá ser de forma a atender às seguintes condições:

- possibilidade de fácil ligação do coletor predial ao futuro coletor público;
- facilidade de acesso, tendo em vista a necessidade de remoção periódica do lodo digerido;
- afastamento mínimo de 20,0m de qualquer manancial;
- para válvulas de descarga, ramais e sub-ramais: 1,80m;
- para chuveiros e mictórios: 1,20m;

Nas instalações especiais onde a tubulação é totalmente aparente, deverá ser previsto a colocação de uniões em posições tais que facilitem, quando necessário, a desmontagem. Nos pontos em que a tubulação tiver que mudar de direção nos sentidos horizontal ou vertical, deverá ser colocado cruzetas ou tê.

Nos locais em que esteja previsto em projeto a passagem de tubulações por lajes ou paredes, deverão ser embutidos por ocasião da concretagem, segmentos de tubos com diâmetro interno superior ao diâmetro externo da tubulação que por ela deva passar.

Deverão ser construída fossa e sumidouro.

- LOUÇAS E METAIS SANITÁRIOS

- a) Os lavatórios serão de louça, com torneiras metálicas de primeira qualidade, válvulas em latão e PVC branco, e sifões em PVC branco;
- b) As bacias sanitárias serão de louça branca, com caixas de descarga, plásticas, auto-sifonadas, de embutir, com assentos plásticos, brancos, reforçados, colocados nos locais indicados no projeto arquitetônico;
- c) As papelarias serão padrão industrial, com travas (para cada bacia sanitária).
- d) Porta-toalhas de papel, padrão industrial;
- e) Porta sabonete líquido, padrão industrial;
- f) Todos os registros serão em bronze fundido, de primeira qualidade e, quando aparentes, cromados e com canoplas;

- INSTALAÇÃO PREVENÇÃO A INCENDIO E PANICO

Serão fornecidos extintores, contra incêndios em número suficiente, conforme projeto fornecido pela Contratada. Serão feitas demarcações onde forem colocados os extintores, levando-se em consideração as prescrições da NB-24 do Instituto de Resseguro do Brasil (IBR) e da Prefeitura Municipal de Feira de Santana.

10.0 – PINTURA

Toda a construção deverá ser totalmente pintada observando-se para tanto as especificações abaixo descritas.

O intervalo entre a aplicação das argamassas e das tintas, deverá ser de 30 dias.

As superfícies a serem pintadas deverão estar secas, limpas e preparadas para o tipo de pintura que irá receber.

Cada demão de tinta somente será aplicada quando a anterior estiver seca. Para tanto convém que se observe um prazo de 24 horas entre as demãos.

Igual cuidado deverá ser tomado entre o tempo de aplicação da tinta e da massa.

Especial atenção deverá ser dada às superfícies que não serão pintadas, tais como vidros, pisos, ferragens, etc., evitando-se salpicos que venham a manchar estas superfícies.

Toda vez que uma superfície tiver sido lixada será cuidadosamente limpa, com escova e pano seco, para que todo pó seja removido antes de ser aplicada à demão seguinte.

As superfícies pintadas deverão possuir textura, tonalidade e acabamento uniformes.

Somente serão utilizadas tintas de qualidade comprovada, devendo às mesmas, serem apresentadas na obra em suas embalagens originais.

Os principais tipos de pinturas a serem empregados serão:

- LÁTEX SOBRE PAREDE INTERNA, EXTERNA E LAJE (COM MASSA)

As tintas a base de látex serão aplicadas em duas ou mais demãos, em lajes, e paredes internas e externas, revestidas com massa PVA, sobre reboco da seguinte maneira:

- Limpeza e lixamento das superfícies;
- Uma demão de líquido impermeabilizante, quando necessário;
- Aplicação de massa corrida à base de PVA, em tantas demãos quantas necessárias, para um perfeito nivelamento, com posterior lixamento;
- Duas demãos de tinta de acabamento aplicado, com rolo na cor branca.

- TINTA À ÓLEO SOBRE ESQUADRIAS

As tintas somente poderão ser diluídas com solvente apropriado e de acordo com as instruções do fabricante.

Não poderá ser aplicada pintura a óleo em superfícies que apresentem umidade.

Será aplicada da seguinte forma:

- Lixamento preliminar, a seco, e limpeza do pó;
- Aparelhamento com uma demão de impermeabilizante;
- Uma demão de massa corrida à base de óleo;
- Lixamento e limpeza do pó;
- Uma demão de aparelho;
- Duas ou três demãos de tinta de primeira qualidade, com lixamento intermediário, e acabamento semifosco.

Receberão este tipo de pintura todas as esquadrias de madeira e de ferro.

11.0 – RECUPERAÇÃO DE COBERTURA

A cobertura serão executadas e recuperadas de acordo com as indicações das normas da ABNT e das especificações abaixo descritas.

A estrutura será executada com madeira de 1ª qualidade abatida a mais de dois anos, isenta de defeitos como nós, brancos, brocas, trincas, fibras inclinadas e torcidas, entre outros elementos, que comprometam a sua durabilidade, resistência ou aparência.

Todas as áreas de cobertura do Parque de Exposição deverão ser revisadas e recuperadas substituindo-se as telhas e madeira danificada ou em falta, com materiais iguais aos existentes para um perfeito funcionamento.

Todas as áreas de cobertura do Parque de Exposição deverão ser cravejadas nos seus extremos.

-RECOBRIMENTO COM TELHAS DE FIBROCIMENTO

Serão atendidas as recomendações dos fabricantes. As telhas onduladas serão colocadas, quando para uso definitivo, pelo método dos cantos cortados, o qual permite uma superposição perfeita das telhas.

As telhas de fibrocimento terão espessura mínima de 6 mm, e serão fixadas com parafusos, ganchos, massas, etc., provenientes da mesma fábrica.

- FORRO DE PVC

Será assentado conforme especificação do fabricante, fixados em estrutura de madeira.

O forro de PVC apresenta como características importantes para a sua utilização como revestimento, a facilidade de manutenção e limpeza, resistência química, resistência à água e atmosferas marítimas, auxílio na isolamento térmica e acústica de ambientes, etc.

Deverão ser fornecidos em perfis de seis metros de comprimento e largura de 100 mm, conforme especificado em planilha.

Será assentado conforme especificação do fabricante, ou fixados em estrutura de madeira nas áreas determinado pela fiscalização.

No Parque de Exposição às áreas de forro em PVC existente deverá ser recuperadas totalmente.

12.0 – RECUPERAÇÃO DE ESQUADRIAS

As esquadrias deverão atender rigorosamente, quanto a sua localização e execução, às indicações de projeto.

Caberá à fiscalização impedir a colocação de qualquer esquadria que não atenda às dimensões, detalhes, qualidades e outros requisitos solicitados na especificação.

- MADEIRA

Deverá ser empregada madeira de primeira qualidade, atendendo às especificações proposta, inclusive quanto à coloração.

Toda madeira a ser empregada, deverá estar seca e isenta de defeitos que comprometam sua qualidade, tais como rachaduras, nós, escoriações, falha, empenamentos, etc.

Todas as portas internas, serão em madeira lisa, iguais as existentes nas dimensões indicadas em planilha orçamentária.

Para substituição das esquadrias dos sanitários masculino e feminino e pavilhão deverá ser empregada madeira de primeira qualidade, iguais as existentes.

As guarnições serão da mesma madeira, pregadas aos batentes, ao longo do encontro destes com as paredes.

As guarnições de madeira serão fixadas por intermédio de parafusos tipo EC - latão, de 6"x 2 ¼" (nomenclatura da NB - 45 da ABNT). Serão empregados oito parafusos no mínimo por guarnição.

-FERRAGENS

As ferragens serão inteiramente novas e em perfeito estado de funcionamento.

Não serão toleradas folgas que exijam emendas, taliscas de madeira, reforços, etc.

Para o assentamento serão empregados parafusos de primeira qualidade, com acabamento e dimensões compatíveis com as peças que fixarem. A localização das ferragens nas esquadrias será medida de modo que sejam evitadas discrepâncias de posição ou diferença de níveis perceptíveis à vista.

Na porta será colocada fechadura de embutir e três dobradiças de 3"x2 ½", de primeira qualidade. As ferragens serão em latão oxidado

Todas as portas e fechaduras existentes do Parque de Exposição deverão ser revisadas e recuperadas substituindo-se as quebradas e danificadas ou em falta, com materiais iguais aos existentes para um perfeito funcionamento.

13.0 – RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO

Cuidados especiais deverão ser tomados no sentido de garantir-se a direção e o grau de inclinação (mínimo de 1%) nos pisos acabados.

As superfícies pavimentadas não deverão possuir, nem permitir, depressões, que impossibilitem o perfeito escoamento das águas.

-CONCRETO DESEMPOLADO

O concreto deverá possuir teor mínimo de cimento de 200 kg de cimento/m³.

Deverá possuir espessura mínima de 0,07 metros sobre a base de pedra britada e terreno convenientemente apiloado.

O acabamento dar-se-á diretamente sobre o concreto simples, evitando-se camada posterior de regularização e acabamento. Para tanto, após o espalhamento do concreto será borrifado cimento em pó sobre o mesmo, regularizando-se a superfície com desempenadeira de aço ou colher de pedreiro, resultando acabamento desempenado.

- PISO CIMENTADO

Será aplicado cimentado nas áreas especificadas na planilha. O acabamento será alisado ou desempenado, com argamassa de cimento e areia no traço 1:3, sem adição de corante, a critério da Fiscalização.

Deverá possuir junta de dilatação de PVC ou madeira, espaçadas convenientemente, formando quadros de no máximo 1,00 m², e será fundido no local, com espessura mínima de 0,02 metros sobre o lastro regularizado.

- SOLEIRAS

Soleira granito natural de 25cm de largura, assentada com argamassa mista de cimento e cal hidratada e área sem peneirar traço 1:1:4

14.0 – REVISÃO DE INSTALAÇÕES

Na recuperação de qualquer serviço, deverá também ser obedecidas às prescrições da ABNT, específicas para cada tipo de instalação, às disposições das companhias concessionárias, e às especificações e recomendações dos fabricantes dos diferentes materiais.

- INSTALAÇÃO ELÉTRICA

A recuperação das instalações elétricas obedecerá rigorosamente às Normas Técnicas da ABNT e às Portarias Municipais vigentes.

As instalações elétricas deverão ser recuperadas em sua totalidade, substituindo-se ou repondo-se todo e qualquer material necessário ao seu perfeito funcionamento.

- INSTALAÇÃO HIDROSANITÁRIO

Deverá ser feita revisão geral em todas as instalações hidrossanitários existentes, substituindo-se ou repondo-se todo e qualquer material necessário ao seu perfeito funcionamento, dando prioridade ao sistema de água que abastece o Parque de Exposição em geral ramais e sub-ramais internos e externos até os pontos de utilização.

Os registros dos ramais deverão ser colocados no mesmo plano horizontal acima do piso, de acordo com as seguintes alturas, salvo determinações em contrário:

- para válvulas de descarga, ramais e sub-ramais: 1,80m;
- para chuveiros e mictórios: 1,20m;

Nas instalações especiais onde a tubulação é totalmente aparente, deverá ser previsto a colocação de uniões em posições tais que facilitem, quando necessário, a desmontagem. Nos pontos em que a tubulação tiver que mudar de direção nos sentidos horizontal ou vertical, deverá ser colocado cruzetas ou tê.

As louças e metais sanitários deverão seguir a seguinte especificação:

a) Os lavatórios serão de louça na cor a definir com bancada em granito, com colunas, com torneiras de fabricação de primeira qualidade, válvula para lavatório com latão em PVC branco, sifão em PVC branco da, nos locais indicados pela fiscalização;

b) As bacias sanitárias serão de louça na cor a definir, com caixa de descarga (de embutir com espelho metálico, ou plástico, auto-sifonada de sobrepor) com assento plástico branco reforçado, nos locais indicados no projeto arquitetônico;

c) Papelaria de embutir inox e rolete, para cada bacia sanitária;

d) Porta-toalhas inox para sanitário;

e) Chuveiros plásticos para os banheiros;

f) Bancada com cuba inox, e torneira metálica, para cozinha, lavanderia;

g) Todos os registros serão de 1ª qualidade de bronze fundido de primeira qualidade, devendo ser cromado quando aparente e com canoplas;

h) Todos os metais terão bitolas de acordo com o aparelho sanitário especificado e o projeto hidráulico.

i) Saboneteiras e porta detergente na, cozinha, sanitário;

j) Todas as torneiras serão colocadas de primeira qualidade plásticas.

O conjunto fossa e sumidouro serão executados, em alvenaria de tijolos maciços, assentados com argamassa no traço 1:4 (cimento e areia), revestidas internamente com argamassa no traço 1:3 (cimento e areia), com acabamento alisado, com capacidade de recepção suficiente para atender as contribuições da demanda do esgotamento, nos locais indicados pelo responsável. Obedecendo as seguintes prescrições:

a) As lajes de fundo serão em concreto armado, devendo nelas ser moldadas às meias seções dos coletores que por ali passarem, obedecendo-se a declividade dos subcoletores;

b) Não se permitirá a formação de depósito de detritos, no fundo das caixas;

c) As paredes deverão ser levantadas a uma altura tal, que sobre a tampa resulte recobrimento máximo de 0,10m, para facilitar futuras inspeções;

d) As tampas serão em concreto armadas, perfeitamente vedadas e de fácil remoção;

e) O fundo das valas para tubulações enterradas deverá ser bem apiloado antes do assentamento.

f) O reenchimento das valas será executado convenientemente em camadas de 0,20 m, sucessivas e cuidadosamente apiloadas.

g) As juntas de canalização de PVC serão executadas com adesivo e solução limpadora ou com anéis de borracha, nas tubulações de água fluviais ou de esgoto.

h) As canalizações de esgoto não serão instaladas acima de reservatórios de água.

A fossa séptica será do tipo OMS, com dimensões de acordo com o nº de usuários, construídas em tijolos maciços revestidos com massa única impermeabilizada.

A localização das fossas deverá ser de forma a atender às seguintes condições:

- possibilidade de fácil ligação do coletor predial ao futuro coletor público;

- facilidade de acesso, tendo em vista a necessidade de remoção periódica do lodo digerido;

- afastamento mínimo de 20,0m de qualquer manancial;

- não comprometimento dos mananciais e da estabilidade de prédios e terrenos próximos;

O nível do fundo dos sumidouros deverá ficar no mínimo 1,0m acima do lençol freático.

O sumidouro e a fossa serão executados com as seguintes dimensões: L = 3,00m, C = 4,00m e P = 3,00m e a fossa terá as dimensões: L=2,50m, C=5,00, P= 3,0m

Caberá a Fiscalização o acompanhamento da marcação de tal forma que em caso de eventuais alterações, seja efetivada a comunicação com a Contratada, com o máximo de antecedência possível.

Havendo a existência de obstáculos não previstos, será de responsabilidade da Fiscalização determinar a posição a ser obedecida, indicando-se nos cadastros os motivos das alterações e o novo posicionamento.

O sumidouro e a fossa terão suas localizações determinadas pela Secretaria.

A instalação será executada em tubos e conexões de PVC, rígido, soldável, tipo esgoto de boa qualidade.

As juntas de canalização de PVC serão executadas com adesivo e solução limpadora ou com anéis de borracha, nas tubulações de esgoto.

Não será permitido o emprego de conexões em cruzeta ou em ângulo reto, a não ser na ventilação.

A canalização de ventilação deverá ser instalada de forma que o tubo ventilador primário e a coluna de ventilação sejam instalados verticalmente e, sempre que possível, em um único alinhamento reto.

A extremidade aberta de um tubo ventilador, situado a menos de 4,0m de distância de qualquer janela, mezanino ou porta, deverá elevar-se pelo menos 1,0m acima da respectiva verga.

No fundo do sumidouro será colocada camada de brita nº 2, com espessura de 0,30m.

15.0 – PINTURA

As superfícies a serem pintadas deverão estar secas, limpas, retocadas e preparadas para o tipo de pintura que irá receber.

Cada demão de tinta somente será aplicada quando a anterior estiver seca. Para tanto convém que se observe um prazo de 24 horas entre as demãos.

Igual cuidado deverá ser tomado entre o tempo de aplicação da tinta e da massa.

Especial atenção deverá ser dada às superfícies que não serão pintadas, tais como vidros, pisos, ferragens, etc., evitando-se salpicos que venham a manchar estas superfícies.

Toda vez que uma superfície tiver sido lixada será cuidadosamente limpa, com escova e pano seco, para que todo pó seja removido antes de ser aplicada à demão seguinte.

As superfícies pintadas deverão possuir textura, tonalidade e acabamento uniformes. Somente serão utilizadas tintas de primeira qualidade.

A definição das cores deverá ser fornecida pela Secretaria Municipal de Planejamento. Somente serão utilizadas tintas de qualidade comprovada, devendo às mesmas, serem apresentadas na obra em suas embalagens originais.

Os principais tipos de pinturas a serem empregados serão:

- ACRILICA

As tintas a base de látex serão aplicadas em duas ou mais demãos em paredes da seguinte maneira:

- Limpeza e lixamento das superfícies;
- Uma demão de líquido impermeabilizante, quando necessário;
- Duas demãos de tinta de acabamento aplicada, com rolo e nas cores a serem definidas pela Secretaria Municipal de Planejamento.

- ESMALTE SINTÉTICO SOBRE ESQUADRIAS

As tintas somente poderão ser diluídas com solvente apropriado e de acordo com as instruções do fabricante. Serão aplicadas duas ou três demãos de tinta de primeira qualidade, com lixamento intermediário, e acabamento semifosco, na cor a ser definida pela Secretaria Municipal de Planejamento. Receberão este tipo de pintura todas as esquadrias de ferro e madeira.

-ESMALTE SOBRE PAREDE E PILARES

As tintas somente poderão ser diluídas com solvente apropriado e de acordo com as instruções do fabricante.

- Lixamento preliminar, a seco, e limpeza do pó;
- Duas ou três demãos de tinta de acabamento, de primeira qualidade, com lixamento intermediário.

Todos os painéis existentes nas paredes internas e externas e no muro serão restaurados conservando as mesmas dimensões, desenhos, modelos e cores de tinta.

16.0 – DIVERSOS

- PROGRAMAÇÃO VISUAL

Deverá ser aberto letreiro, na fachada e em todos os pavilhões. A pintura será feita com tinta à base de látex, na cor preta, obedecendo ao descrito para a pintura com látex, e deverá ser executada por profissionais habilitados.

Os materiais a serem utilizados deverão atender as instruções dos fabricantes. As placas de sinalização serão recuperadas com o mesmo material, dimensões e modelo e os letreiros existentes.

-RECUPERAÇÃO DE REBOCO / FISSURAS DAS PAREDES

As paredes existentes em tijolo cerâmico e demais, deverão ser recuperadas em sua totalidade para recuperação das fissuras existentes.

- CANTEIROS

Os canteiros existentes deverão ser e recuperados em alvenaria de tijolo maciço dobrado, chapiscadas e rebocadas, pintados.

- DRENAGEM

A rede de drenagem (calhas em zinco) será executada e recuperada com o mesmo material do existente. No pavilhão de ovinos e caprinos e entrada do estacionamento.

-CURRAIS, EMBARCADORES, REDONDÉIS

Deverá ser feita revisão geral em todos os currais, embarcadores, redondéis com: morões, cordoarias, barrotes, repões, cercas, existentes, execução de cerca nova, substituindo-se ou repondo-se todo e qualquer material necessário ao seu perfeito funcionamento, incluindo pintura.

Nos embarcadores deverá ser executado uma base com estrutura metálica para que não tenham fendas que possam prender as patas do animais e que não seja danificadas quando os caminhões estacionarem para desembarcar os animais.

-FERRO

Recuperação das grades de ferro no pavilhão da ADAB e pavilhões dos animais (equinos e muares), portões frontais, incluindo fechadura e pintura.

-RESERVATÓRIOS

Deverá ser feita revisão geral em todos os reservatórios enterrados existentes, substituindo-se ou repondo-se todo e qualquer material necessário ao seu perfeito funcionamento, dando prioridade às fissuras internas e externas.

-COCHOS E BEBEDOUROS

Deverá ser feita Recuperação geral dos cochos e bebedouros dos animais, substituindo-se ou repondo-se todo e qualquer material necessário ao seu perfeito funcionamento.

-TEAM PENNING

Será retirado toda a cerca da pista do team penning, para execução de nova pista com 2,00m de altura. A cerca será executada com mourões ou estacas de madeira de 6,0X12cm, aproximadamente, distantes a 1,50m, com peças de 3,00m e 6 (seis) fios de arame galvanizado.

17.0 – LIMPEZAS DA OBRA

Será removido todo entulho dos pavilhões, sendo cuidadosamente limpos e varridos os acessos.

Todas as pavimentações, revestimentos, cimentados, cerâmicas, aparelhos sanitários, etc., serão lavados e limpos.

Todas as manchas e salpicos de tinta serão removidos, dando-se especial atenção à perfeita execução dessa limpeza nos vidros e ferragens das esquadrias.

18.0 – VERIFICAÇÕES FINAIS

Será procedida cuidadosa verificação, por parte da Fiscalização, das perfeitas condições de funcionamento e segurança de todas as instalações de água, esgoto, aparelhos sanitários, ferragens, equipamentos diversos, etc.

A verificação final não desobriga a Contratada das responsabilidades previstas por Lei, no período de garantia.

Junho/ 2019.

ORÇAMENTO DESCRITIVO

OBRA: Reforma e pintura geral do Parque de Exposição

LOCAL: Parque de Exposição - BR 324 - Feira de Santana - Bahia

DATA: Junho/ 2019

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	P.UNIT	TOTAL (R\$)
1.0	Pintura Pavilhão de Bovinos				
1.1	Pintura Látex Acrílico duas demãos, em paredes internas, externas, pilares e vigas, sem massa corrida.	m ²	724,50	11,20	8.114,40
1.2	Esmalte Sintético duas demãos, paredes interna e externas (barra), sem massa corrida.	m ²	214,70	12,47	2.677,31
1.3	Caiação em paredes internas e externas com três demãos, nos bebedouro/ ração	m ²	2.267,80	6,29	14.264,46
1.4	Abertura de letreiros	unid	1,00	1.000,00	1.000,00
Total do item 1.0					26.056,17
2.0	Pintura Pavilhões de Equinos				
2.1	Pintura Látex Acrílico duas demãos, em paredes internas, externas, pilares e vigas, sem massa corrida.	m ²	590,80	11,20	6.616,96
2.2	Esmalte Sintético duas demãos, paredes interna e externas (barra), sem massa corrida.	m ²	435,70	12,47	5.433,18
2.3	Pintura esmalte em esquadria de madeira duas demãos, sem massa corrida.	m ²	52,40	13,23	693,25
2.4	Caiação em paredes internas e externas com três demãos, nos bebedouro/ ração	m ²	2.606,80	6,29	16.396,77
2.5	Abertura de letreiros	unid	1,00	1.000,00	1.000,00
Total do item 2.0					30.140,16
3.0	Pintura Pavilhão de caprinos				
3.1	Pintura Látex Acrílico duas demãos, em paredes internas, externas, pilares e vigas, sem massa corrida.	m ²	185,70	11,20	2.079,84
3.2	Esmalte Sintético duas demãos, paredes interna e externas (barra), sem massa corrida.	m ²	58,70	12,47	731,99
3.3	Pintura esmalte em esquadria de ferro (tesousas), duas demãos, sem massa corrida.	m ²	52,40	21,67	1.135,51
3.4	Abertura de letreiro	unid	1,00	600,00	600,00
Total do item 3.0					4.547,34
4.0	Pintura Reservatórios Elevado e Semi-Enterrado				
4.1	Pintura Látex Acrílico duas demãos, em paredes externas, pilares e vigas, sem massa corrida.	m ²	261,20	11,20	2.925,44
Total do item 4.0					2.925,44
5.0	Pintura Muro Frontal				

5.1	Pintura látex das placas pré-moldadas de concreto, inclusive placas com o nome do parque e bilheteria, juntamente com a entrada principal	m ²	982,60	16,85	16.556,81
Total do item 5.0					16.556,81
6.0	Pintura Pavilhão Professor Joselito de Amorim (Pôneis)				
6.1	Pintura Látex Acrílico duas demãos, em paredes internas, externas, pilares e vigas, sem massa corrida.	m ²	114,40	11,20	1.281,28
6.2	Caiação em paredes internas e externas com três demãos, nos bebedouro/ ração	m ²	164,50	6,29	1.034,71
6.3	Esmalte Sintético duas demãos, paredes interna e externas (barra), sem massa corrida.	m ²	10,80	12,47	134,68
6.4	Esmalte duas demãos em esquadrias de ferro	m ²	2,60	21,67	56,34
6.5	Abertura de letreiro	unid	1,00	600,00	600,00
Total do item 6.0					3.107,00
7.0	Pintura Sanitário masculino e feminino vizinho ao estacionamento				
7.1	Látex Acrílica duas demãos sobre alvenaria e recuperação dos pergolados, inclusive pintura	m ²	75,60	11,20	846,72
7.2	Esmalte duas demãos em esquadrias	m ²	25,40	13,23	336,04
7.3	Esmalte Sintético duas demãos, paredes interna e externas (barra), sem massa corrida.	m ²	22,60	12,47	281,82
7.4	Abertura de letreiro	unid	1,00	120,00	120,00
Total do item 7.0					1.584,58
8.0	Pintura Pavilhão Gil Marques Porto				
8.1	Pintura Látex Acrílico duas demãos, em paredes internas, externas, pilares e vigas, sem massa corrida.	m ²	185,40	11,20	2.076,48
8.2	Esmalte duas demãos em esquadrias de ferro	m ²	4,60	21,67	99,68
8.3	Esmalte Sintético duas demãos, paredes interna e externas (barra), sem massa corrida.	m ²	54,50	12,47	679,62
8.4	Abertura de letreiro	unid	1,00	300,00	300,00
Total do item 8.0					3.155,78
9.0	Pintura Plantao veterinário e sanitários: Masculino e Feminino				
9.1	Pintura Látex Acrílico duas demãos, em paredes internas, externas, sem massa corrida.	m ²	348,70	11,20	3.905,44
9.2	Esmalte Sintético duas demãos, paredes interna e externas (barra), sem massa corrida.	m ²	85,10	12,47	1.061,20
9.3	Esmalte duas demãos em esquadrias de ferro	m ²	15,70	21,67	340,22

9.4	Esmalte duas demãos em esquadrias de madeira	m ²	32,60	13,23	431,30
9.5	Abertura de letreiro	unid	1,00	250,00	250,00
Total do item 9.0					5.988,15
10.0	Pintura Sanitários: Masculino e Feminino do Fundo (vizinho aos currais)				
10.1	Pintura Látex Acrílico duas demãos, em paredes internas, externas, sem massa corrida.	m ²	381,30	11,20	4.270,56
10.2	Esmalte Sintético duas demãos, paredes interna e externas (barra), sem massa corrida.	m ²	104,90	12,47	1.308,10
10.3	Esmalte duas demãos sobre esquadrias	m ²	51,80	13,23	685,31
10.4	Abertura de letreiro	unid	1,00	250,00	250,00
Total do item 10.0					6.513,98
11.0	Pintura Pavilhão Vicente Queiroz do Leite (Sacretaria)				
11.1	Pintura Látex Acrílico duas demãos, em paredes internas, externas, sem massa corrida.	m ²	255,20	11,20	2.858,24
11.2	Esmalte Sintético duas demãos, paredes interna e externas (barra), sem massa corrida.	m ²	31,30	12,47	390,31
11.3	Esmalte, duas demãos sobre esquadrias de madeira	m ²	24,60	13,23	325,46
11.4	Esmalte duas demãos em esquadrias ferro	m ²	2,40	21,67	52,01
11.5	Abertura de letreiro	unid	1,00	300,00	300,00
Total do item 11.0					3.926,02
12.0	Pintura Banheiro dos animais				
12.1	Pintura Látex Acrílico duas demãos, em paredes internas, externas, sem massa corrida.	m ²	66,90	11,20	749,28
12.2	Esmalte Sintético duas demãos, paredes interna e externas (barra), sem massa corrida.	m ²	40,30	12,47	502,54
12.3	Abertura de letreiro	unid	1,00	150,00	150,00
Total do item 12.0					1.401,82
13.0	Pintura Rua Comercial (Lojas, Posto Médico, Sanitários, Polícia Civil, Polícia Militar, Sindicato dos Produtores Rurais, etc.)				
13.1	Pintura Látex Acrílico duas demãos, em paredes internas, externas, sem massa corrida.	m ²	785,90	11,20	8.802,08
13.2	Esmalte Sintético duas demãos, paredes interna e externas (barra), sem massa corrida.	m ²	64,20	12,47	800,57
13.3	Esmalte duas demãos em esquadrias de madeira	m ²	86,70	13,23	1.147,04
13.4	Esmalte duas demãos em esquadrias de ferro	m ²	20,60	21,67	446,40

13.5	Abertura de letreiro	unid	1,00	1.400,00	1.400,00
Total do item 13.0					12.596,10
14.0	Pintura Pavilhão de Leilão				
14.1	Látex duas demãos, em paredes internas e externas sem massa, cor branca	m ²	128,60	11,20	1.440,32
14.2	Tinta a óleo duas demãos sobre paredes	m ²	74,30	12,47	926,52
14.3	Esmalte duas demãos em esquadrias de madeira, incluindo emassamento	m ²	15,60	13,23	206,39
14.4	Esmalte duas demãos em esquadrias de ferro	m ²	10,50	21,67	227,54
14.5	Caiação em paredes internas e externas com três demãos.	m ²	13,90	6,29	87,43
Total do item 14.0					2.888,20
15.0	Pintura Pavilhão Theodulo Bastos Carvalho				
15.1	Pintura Látex Acrílico duas demãos, em paredes internas, externas, pilares e vigas, sem massa corrida.	m ²	189,60	11,20	2.123,52
15.2	Esmalte Sintético duas demãos, paredes interna e externas (barra), sem massa corrida.	m ²	16,50	12,47	205,76
15.3	Caiação em paredes internas e externas com três demãos, nos bebedouro/ ração	m ²	54,60	6,29	343,43
15.4	Abertura de letreiros	unid	1,00	900,00	900,00
15.5	Recomposição das fissuras nas paredes.	unid	1,00	200,00	200,00
Total do item 15.0					3.772,71
16.0	Pintura Fundo da Borracharia				
16.1	Pintura Látex Acrílico duas demãos, em paredes internas, externas, pilares e vigas, sem massa corrida.	m ²	10,60	11,20	118,72
Total do item 16.0					118,72
17.0	Diversos				
17.1	Reuperação de alvenaria do muro:				
17.1.1	Fundação inclusive escavação e aterro	m ³	2,30	1.702,00	3.914,60
17.1.2	Alvenaria	m ²	35,00	35,91	1.256,85
17.1.3	Chapisco	m ²	70,00	3,57	249,90
17.1.4	Reboco	m ²	70,00	16,70	1.169,00
17.1.5	Pintura látex sem emassamento	m ²	70,00	11,20	784,00
17.2	Recuperação de cobertura , inclusive telhas e madeiramento dos galpões em geral	unid	1,00	18.000,00	18.000,00
17.3	Recuperação de piso cimentado	m ²	60,00	51,50	3.090,00
17.4	Recuperação da casa do vaqueiro inclusive madeiramento	unid	1,00	1.000,00	1.000,00

17.5	Recuperação dos embarcadores com instalação de chapa metálica na base da mureta de desembarque	unid	1,00	1.500,00	1.500,00
17.6	Recuperação dos redondeis com troca da cerca danificada existente, mourões, cancelas, talbeiras, repondo-se e/ou substituídos os materiais danificados ou em falta, inclusive pintura,	unid	1,00	12.000,00	12.000,00
17.7	Recuperação do team penning com troca da cerca existente, mourões, cancelas, talbeiras, substituindo os mourões para a altura mínima de 2,00m, inclusive pintura, serão em estacas de madeira de 6,0X12cm, aproximadamente, distantes a 1,50m, com peças de 3,00m e 6 (seis) fios de arame galvanizado.	unid	1,00	10.000,00	10.000,00
Total do item 16.0					52.964,35
29.0	Limpeza				
29.1	Limpeza geral	unid	1,00	2.000,00	2.000,00
Total do item 17.0					2.000,00
TOTAL GERAL					180.243,33



ANEXO II
MODELO DA CARTA-PROPOSTA E PROPOSTA FINANCEIRA

LICITAÇÃO Nº. 177-2019
TOMADA DE PREÇO Nº. 028-2019

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL NO CASO DE ASSINATURA DO CONTRATO:

NOME:

RG:

CPF:

TELEFONE:

Atendendo ao aviso do Edital, apresentamos a nossa proposta para o fornecimento do objeto da licitação referenciada.

O nosso preço total R\$ (valor por extenso), foi elaborado de acordo com as prescrições do Edital.

Manteremos válida esta proposta pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

O prazo previsto para execução dos serviços é de 03 (três) meses corridos, contados a partir da data da expedição da ordem de serviço.

Declaramos expressamente que:

- A- Concordamos integralmente e sem qualquer restrição, com as condições da licitação expressas no aviso do edital e anexos.
- B- Na execução do serviço observaremos, rigorosamente, as especificações, bem como as recomendações e instruções da fiscalização, assumindo, desde já, integral responsabilidade pelo fornecimento, em conformidade com as especificações e padrões dessa Prefeitura.
- C - Em atendimento ao art. 136 da Lei 9.433/05 faço a opção pela seguinte modalidade de garantia contratual:
 - () Caução em dinheiro
 - () Seguro garantia
 - () Fiança bancária

Data: ____ de _____ de 2019.

Atenciosamente,

RAZÃO SOCIAL - CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
E ASSINATURA

OBS: ESTE MODELO DEVE SER APRESENTADO COM A LOGOMARCA E/OU CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA.

A CARTA-PROPOSTA BEM COMO A PROPOSTA FINANCEIRA DEVERÃO ESTAR DEVIDAMENTE ASSINADAS OU RUBRICADAS EM TODAS AS PÁGINAS PELO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA.

PROPOSTA FINANCEIRA

OBRA: Reforma e pintura geral do Parque de Exposição

LOCAL: Parque de Exposição - BR 324 - Feira de Santana - Bahia

DATA: Junho/ 2019

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	P.UNIT	TOTAL (R\$)
1.0	Pintura Pavilhão de Bovinos				
1.1	Pintura Látex Acrílico duas demãos, em paredes internas, externas, pilares e vigas, sem massa corrida.	m ²	724,50		
1.2	Esmalte Sintético duas demãos, paredes interna e externas (barra), sem massa corrida.	m ²	214,70		
1.3	Caiação em paredes internas e externas com três demãos, nos bebedouro/ ração	m ²	2.267,80		
1.4	Abertura de letreiros	unid	1,00		
Total do item 1.0					
2.0	Pintura Pavilhões de Equinos				
2.1	Pintura Látex Acrílico duas demãos, em paredes internas, externas, pilares e vigas, sem massa corrida.	m ²	590,80		
2.2	Esmalte Sintético duas demãos, paredes interna e externas (barra), sem massa corrida.	m ²	435,70		
2.3	Pintura esmalte em esquadria de madeira duas demãos, sem massa corrida.	m ²	52,40		
2.4	Caiação em paredes internas e externas com três demãos, nos bebedouro/ ração	m ²	2.606,80		
2.5	Abertura de letreiros	unid	1,00		
Total do item 2.0					
3.0	Pintura Pavilhão de caprinos				
3.1	Pintura Látex Acrílico duas demãos, em paredes internas, externas, pilares e vigas, sem massa corrida.	m ²	185,70		
3.2	Esmalte Sintético duas demãos, paredes interna e externas (barra), sem massa corrida.	m ²	58,70		
3.3	Pintura esmalte em esquadria de ferro (tesousas), duas demãos, sem massa corrida.	m ²	52,40		
3.4	Abertura de letreiro	unid	1,00		
Total do item 3.0					
4.0	Pintura Reservatórios Elevado e Semi-Enterrado				
4.1	Pintura Látex Acrílico duas demãos, em paredes externas, pilares e vigas, sem massa corrida.	m ²	261,20		
Total do item 4.0					
5.0	Pintura Muro Frontal				

5.1	Pintura látex das placas pré-moldadas de concreto, inclusive placas com o nome do parque e bilheteria, juntamente com a entrada principal	m ²	982,60		
Total do item 5.0					
6.0	Pintura Pavilhão Professor Joselito de Amorim (Pôneis)				
6.1	Pintura Látex Acrílico duas demãos, em paredes internas, externas, pilares e vigas, sem massa corrida.	m ²	114,40		
6.2	Caiação em paredes internas e externas com três demãos, nos bebedouro/ ração	m ²	164,50		
6.3	Esmalte Sintético duas demãos, paredes interna e externas (barra), sem massa corrida.	m ²	10,80		
6.4	Esmalte duas demãos em esquadrias de ferro	m ²	2,60		
6.5	Abertura de letreiro	unid	1,00		
Total do item 6.0					
7.0	Pintura Sanitário masculino e feminino vizinho ao estacionamento				
7.1	Látex Acrílica duas demãos sobre alvenaria e recuperação dos pergolados, inclusive pintura	m ²	75,60		
7.2	Esmalte duas demãos em esquadrias	m ²	25,40		
7.3	Esmalte Sintético duas demãos, paredes interna e externas (barra), sem massa corrida.	m ²	22,60		
7.4	Abertura de letreiro	unid	1,00		
Total do item 7.0					
8.0	Pintura Pavilhão Gil Marques Porto				
8.1	Pintura Látex Acrílico duas demãos, em paredes internas, externas, pilares e vigas, sem massa corrida.	m ²	185,40		
8.2	Esmalte duas demãos em esquadrias de ferro	m ²	4,60		
8.3	Esmalte Sintético duas demãos, paredes interna e externas (barra), sem massa corrida.	m ²	54,50		
8.4	Abertura de letreiro	unid	1,00		
Total do item 8.0					
9.0	Pintura Plantao veterinário e sanitários: Masculino e Feminino				
Total do item 9.0					
10.0	Pintura Sanitários: Masculino e Feminino do Fundo (vizinho aos currais)				
10.1	Pintura Látex Acrílico duas demãos, em paredes internas, externas, sem massa corrida.	m ²	381,30		
10.2	Esmalte Sintético duas demãos, paredes interna e externas (barra), sem massa corrida.	m ²	104,90		
10.3	Esmalte duas demãos sobre esquadrias	m ²	51,80		

10.4	Abertura de letreiro	unid	1,00		250,00
Total do item 10.0					6.513,98
11.0	Pintura Pavilhão Vicente Queiroz do Leite (Sacretaria)				
11.1	Pintura Látex Acrílico duas demãos, em paredes internas, externas, sem massa corrida.	m ²	255,20	11,20	2.858,24
11.2	Esmalte Sintético duas demãos, paredes interna e externas (barra), sem massa corrida.	m ²	31,30	12,47	390,31
11.3	Esmalte, duas demãos sobre esquadrias de madeira	m ²	24,60	13,23	325,46
11.4	Esmalte duas demãos em esquadrias ferro	m ²	2,40	21,67	52,01
11.5	Abertura de letreiro	unid	1,00	300,00	300,00
Total do item 11.0					3.926,02
12.0	Pintura Banheiro dos animais				
12.1	Pintura Látex Acrílico duas demãos, em paredes internas, externas, sem massa corrida.	m ²	66,90	11,20	749,28
12.2	Esmalte Sintético duas demãos, paredes interna e externas (barra), sem massa corrida.	m ²	40,30	12,47	502,54
12.3	Abertura de letreiro	unid	1,00	150,00	150,00
Total do item 12.0					1.401,82
13.0	Pintura Rua Comercial (Lojas, Posto Médico, Sanitários, Polícia Civil, Polícia Militar, Sindicato dos Produtores Rurais, etc.)				
13.1	Pintura Látex Acrílico duas demãos, em paredes internas, externas, sem massa corrida.	m ²	785,90	11,20	8.802,08
13.2	Esmalte Sintético duas demãos, paredes interna e externas (barra), sem massa corrida.	m ²	64,20	12,47	800,57
13.3	Esmalte duas demãos em esquadrias de madeira	m ²	86,70	13,23	1.147,04
13.4	Esmalte duas demãos em esquadrias de ferro	m ²	20,60	21,67	446,40
13.5	Abertura de letreiro	unid	1,00	1.400,00	1.400,00
Total do item 13.0					12.596,10
14.0	Pintura Pavilhão de Leilão				
14.1	Látex duas demãos, em paredes internas e externas sem massa, cor branca	m ²	128,60	11,20	1.440,32
14.2	Tinta a óleo duas demãos sobre paredes	m ²	74,30	12,47	926,52
14.3	Esmalte duas demãos em esquadrias de madeira, incluindo emassamento	m ²	15,60	13,23	206,39
14.4	Esmalte duas demãos em esquadrias de ferro	m ²	10,50	21,67	227,54

14.5	Caiação em paredes internas e externas com três demãos.	m ²	13,90	6,29	87,43
Total do item 14.0					2.888,20
15.0	Pintura Pavilhão Theodulo Bastos Carvalho				
15.1	Pintura Látex Acrílico duas demãos, em paredes internas, externas, pilares e vigas, sem massa corrida.	m ²	189,60	11,20	2.123,52
15.2	Esmalte Sintético duas demãos, paredes interna e externas (barra), sem massa corrida.	m ²	16,50	12,47	205,76
15.3	Caiação em paredes internas e externas com três demãos, nos bebedouro/ ração	m ²	54,60	6,29	343,43
15.4	Abertura de letreiros	unid	1,00	900,00	900,00
15.5	Recomposição das fissuras nas paredes.	unid	1,00	200,00	200,00
Total do item 15.0					3.772,71
16.0	Pintura Fundo da Borracharia				
16.1	Pintura Látex Acrílico duas demãos, em paredes internas, externas, pilares e vigas, sem massa corrida.	m ²	10,60	11,20	118,72
Total do item 16.0					118,72
17.0	Diversos				
17.1	Reuperação de alvenaria do muro:				
17.1.1	Fundação inclusive escavação e aterro	m ³	2,30	1.702,00	3.914,60
17.1.2	Alvenaria	m ²	35,00	35,91	1.256,85
17.1.3	Chapisco	m ²	70,00	3,57	249,90
17.1.4	Reboco	m ²	70,00	16,70	1.169,00
17.1.5	Pintura látex sem emassamento	m ²	70,00	11,20	784,00
17.2	Recuperação de cobertura , inclusive telhas e madeiramento dos galpões em geral	unid	1,00	18.000,00	18.000,00
17.3	Recuperação de piso cimentado	m ²	60,00	51,50	3.090,00
17.4	Recuperação da casa do vaqueiro inclusive madeiramento	unid	1,00	1.000,00	1.000,00
17.5	Recuperação dos embarcadores com instalação de chapa metálica na base da mureta de desembarque	unid	1,00	1.500,00	1.500,00
17.6	Recuperação dos redondeis com troca da cerca danificada existente, mourões, cancelas, talbeiras, repondo-se e/ou substituídos os materiais danificados ou em falta, inclusive pintura,	unid	1,00	12.000,00	12.000,00
17.7	Recuperação do team penning com troca da cerca existente, mourões, cancelas, talbeiras, substituindo os mourões para a altura mínima de 2,00m, inclusive pintura, serão em estacas de madeira de 6,0X12cm, aproximadamente, distantes a 1,50m, com peças de 3,00m e 6 (seis) fios de arame galvanizado.	unid	1,00	10.000,00	10.000,00
Total do item 16.0					52.964,35

29.0	Limpeza				
29.1	Limpeza geral	unid	1,00	2.000,00	2.000,00
Total do item 17.0					2.000,00
TOTAL GERAL					180.243,33



ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO
TRABALHO DO MENOR

LICITAÇÃO Nº. 177-2019
TOMADA DE PREÇO Nº. 028-2019

Declaramos que não realizamos trabalhos noturnos, perigosos ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo, na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme art. 98 inciso V da Lei Estadual 9.433/05 .

Feira de Santana, _____ de _____ de 2019.

RAZÃO SOCIAL
CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
E ASSINATURA

OBS: ESTE MODELO DEVE SER APRESENTADO COM A LOGOMARCA E/OU CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA.



ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

LICITAÇÃO Nº. 177-2019
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 028-2019

Declaro, para efeito de Registro Cadastral, vir a informar qualquer fato superveniente impeditivo de licitar ou contratar com a Administração Pública que venha a ocorrer no período de validade do Certificado de Registro Cadastral, comprometendo-me ainda a manter atualizada a Certidão Negativa de Débito perante as Fazendas Municipal, Estadual e Federal, inclusive Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

Declaramos também estarmos cientes sobre a responsabilidade administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, e ainda o quanto disposto no Art. 3º, §§ 1º e 2º, da Lei 12.846/2013.

Outrossim, em atendimento ao que dispõe o Art. 200, da Lei Estadual nº 9.433/05, declaramos expressamente, através do nosso **representante legal designado para este Certame**, que não há nenhum fato impeditivo contra os Sócios, Diretores ou Administradores, que os impeçam de contratar e licitar com a Administração Pública.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

_____, ____ de _____ de 2019.

RAZÃO SOCIAL
CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
E ASSINATURA

OBS: ESTE MODELO DEVE SER APRESENTADO COM A LOGOMARCA E/OU CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA.

ANEXO V MINUTA DO CONTRATO

Contrato que entre si fazem, de um lado, o **MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 14.043.574/0001-51**, com sede na Av. Senhor do Passos, 980 Centro, Feira de Santana-Ba, representada pelo Exmº Sr. Colbert Martins da Silva Filho, autorizado pelo art. 86, XIV, da sua Lei Orgânica, doravante denominado **CONTRATANTE** e, do outro lado, _____, estabelecida na _____ nº _____, Bairro _____, Cidade _____, inscrita no **CNPJ/MF sob nº _____**, através do seu representante legal, o(a) Sr(a). _____ inscrito (a) no CPF sob o nº _____ denominada **CONTRATADA**, observada a **Licitação nº 177-2019 e TOMADA DE PREÇO nº 028-2019**, que se regerá pela Lei Estadual nº 9.433/05, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO.

1.1. Constitui objeto do presente contrato:

Contratação de empresa para execução de serviços de recuperação e pintura geral do Parque de Exposição João Martins da Silva, visando a realização da 44ª Expofeira no período de 01 a 08 de setembro de 2019, conforme especificação técnica e orçamento descritivo elaborado pela Seplan.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

2.1. A **CONTRATADA** se obriga a prestar os serviços constantes na cláusula primeira no prazo de 03 (três) meses corridos, contados a partir da data da expedição da ordem de serviço

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O preço total a ser pago a Contratada é de até: **R\$ _____**, observada a seguinte forma de pagamento: os pagamentos serão efetuados apresentação das faturas, que deverão ser conferidas e aprovadas pela fiscalização.

3.2. Os preços acordados compreendem todos os custos de execução, diretos ou indiretos, inclusive os relacionados à mobilização de mão-de-obra e materiais necessários à efetivação dos serviços, manutenção, obrigações trabalhistas e sociais.

3.3. A medição dos serviços será feita por prepostos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, quinzenalmente, de acordo com os serviços executados e constantes na planilha de serviços.

3.4. Considerando a medição feita pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e os valores unitários de cada serviço constante na planilha, encontrar-se-á o valor a ser pago.

3.5. A Prefeitura poderá deduzir nas faturas:

- a) Os valores das multas porventura aplicadas pela fiscalização;
- b) O valor dos prejuízos causados pela contratada, em decorrência da execução do objeto.

3.7. A Prefeitura não estará sujeita a qualquer penalidade por atraso do pagamento. No entanto, sempre que as faturas não forem liquidadas nas datas de vencimento estabelecidas, seus valores serão acrescidos da importância resultante da aplicação do índice estabelecido pelo Governo Federal, se houver correspondente ao período entre a data do vencimento e da data do efetivo pagamento, para efeito de correção.

CLÁUSULA QUARTA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA – REAJUSTAMENTO E REVISÃO

4.1. A concessão de reajustamento terá por base os termos no inc. XXV e XXVI do art. 8º da Lei Estadual nº 9.433/05, c/c ao art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

5.1. A forma de execução do serviço do presente contrato será feito de acordo com o prazo previsto no instrumento contratual e editalício.

CLÁUSULA SEXTA–DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

76.1. As despesas decorrentes do objeto desta licitação serão por conta da dotação orçamentária para a **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA RECURSOS HÍDRICOS E DESENVOLVIMENTO RURAL– ATIVIDADE: 20.606.054.2127 ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.98– FONTE 00.**

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Observar fielmente as cláusulas e condições estipuladas por força deste instrumento.

7.2. Proceder ao pagamento devido, no prazo e condições estabelecidos, respeitadas, inclusive, as normas pertinentes a reajustamentos e atualizações monetárias, estas nas hipóteses de eventuais atrasos no adimplemento das obrigações.

7.3. Certificar, tempestivamente, se os serviços a serem executados obedecem as condições contratuais estipuladas.

7.4. Oferecer a Contratada todas as informações e condições indispensáveis ao pleno e desembaraçado cumprimento da prestação e ela contratualmente imposta.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Todas as despesas com encargos trabalhistas e previdenciários, impostos federais, estaduais e municipais, serão de responsabilidade da empresa vencedora.

8.2. Fornecer o objeto de acordo com as especificações técnicas constantes no edital de licitação e no presente contrato, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente da Administração.

8.3. Zelar pela boa e completa execução do contrato e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas.

8.4. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento do contrato.

8.5. Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento contratado, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência.

8.6. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.7. Promover, por sua conta e risco, o transporte dos bens, quando for o caso.

8.8. Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos bens, indicação de sua quantidade, preço unitário e valor total.

8.9. Todas as despesas com materiais e produtos, veículos, combustíveis e manutenção, equipamentos, mão de obra, fardamento e equipamentos de proteção individual, e todo o bem imprescindível a boa execução do serviço, correrão por conta da empresa vencedora, no que couber;

8.10. Todas as despesas com mobilização, locação, execução, local para guarda de materiais, produtos e equipamentos, serão de responsabilidade da empresa vencedora, quando for o caso;

8.11. Obriga-se a Contratada a fornecer ao Contratante, mensalmente e até o quinto dia de cada mês, relação nominal de todos os seus empregados, bem como cópias reprográficas, devidamente autenticadas dos comprovantes de quitação de todas as obrigações sociais.

8.12. Responder pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

CLÁUSULA NONA – DA TRANSFERÊNCIA

9.1. É vedado à Contratada transferir ou subcontratar no todo ou em parte a execução do contrato, salvo expresse consentimento da administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1. Os serviços objetos desta licitação serão fiscalizados pela Prefeitura, através de prepostos credenciados junto a empresa, obrigando-se esta a assegurar a esses prepostos livre acesso aos locais de serviços e tudo facilitar para que a fiscalização possa exercer integralmente a sua função e com ela entender-se diretamente sobre os assuntos ligados aos objetos contratados.

10.2. As comunicações entre a fiscalização e a fornecedora serão sempre por escrito. Quando por necessidade ou conveniência do objeto, houver entendimentos verbais, estes serão confirmados por escrito dentro do prazo de 02 (dois) dias após os mesmos.

10.3. A fiscalização poderá aplicar sanções e multas à fornecedora, nos termos deste edital, bem como examinar, a qualquer tempo, a documentação da contratada.

10.4. A fiscalização da Prefeitura não diminui nem exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade e correta execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA - PRIMEIRA - PARALISAÇÕES

11.1. A Contratada responderá por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações e atrasos na execução do objeto do presente contrato, exceto os decorrentes de força maior ou de ordem expressa do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA - SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1. O descumprimento das condições ora ajustadas, que impliquem inexecução total ou parcial deste instrumento, ensejar-lhe-á, conforme o caso, rescisão administrativa, amigável ou judicial, observadas as situações típicas, as condutas, as cautelas, as conseqüências e os direitos assegurados a Administração, conforme a legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA - TERCEIRA - DAS MULTAS

13.1. Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nos arts. 184 e 185 da Lei Estadual 9.433/05, sujeitando-se os infratores às cominações legais, especialmente as definidas no art. 186 do mesmo diploma, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

13.2. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;

III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

13.2.1. A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

13.2.2. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso.

13.2.3. Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, a contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

13.2.4. Não tendo sido prestada garantia à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta.

13.2.5. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA - QUARTA - DA GARANTIA CONTRATUAL

14.1 A licitante vencedora ficará obrigada a prestar uma garantia de 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor máximo previsto no contrato, conforme preceitua o art. 136 da Lei nº 9.433/05, na modalidade _____, conforme proposta inicialmente apresentada.

14.2. Quando a modalidade da garantia optada for do tipo seguro garantia ou fiança bancária, os documentos deverão ter validade por um prazo de 60 dias superior ao prazo de vigência do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Os tributos que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da execução dos serviços, serão da exclusiva responsabilidade da Contratada.

15.2. Aos casos omissos será aplicada a Lei Federal nº 8.666/93, no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA – SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

16.1. O Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA - SÉTIMA - FORO

17.1. É eleito o foro da comarca de Feira de Santana, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais especial que seja, para conhecer e decidir quanto aos litígios que possam decorrer da execução do presente contrato.

17.2. E por estarem as partes justas e acordes, firmam este instrumento em 04 (quatro) vias, para um só efeito legal, juntamente com duas testemunhas adiante nomeadas, maiores, idôneas e capazes, sendo uma via para a Contratada, uma para ao Contratante e uma para o Registro Legal.

Feira de Santana, _____ de _____ de 2019.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

RG: _____ CPF: _____

RG: _____ CPF: _____



**ANEXO VI
DECLARAÇÃO**

**LICITAÇÃO Nº. 177-2019
TOMADA DE PREÇO Nº. 028-2019**

Declaramos, para os devidos fins legais, na qualidade de proponente da licitação acima mencionada, que tomamos conhecimento de todas as informações referente ao certame, das condições do Edital, bem como do local para o cumprimento das obrigações relativas ao objeto licitado.

Declaramos também estarmos cientes sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública de acordo com a Lei nº 12.846/2013.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Feira de Santana, _____ de _____ de 2019.

RAZÃO SOCIAL
CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
E ASSINATURA

OBS: ESTE MODELO DEVE SER APRESENTADO COM A LOGOMARCA E/OU CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA.



ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO OU EMPREGADO PÚBLICO

LICITAÇÃO Nº. 177-2019
TOMADA DE PREÇO Nº. 028-2019

Declaramos, para os devidos fins legais, na qualidade de proponente da licitação acima mencionada, que não possuímos em nosso quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

_____, _____ de _____ de 2019.
Local e data

RAZÃO SOCIAL
CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
E ASSINATURA

OBS: ESTE MODELO DEVE SER APRESENTADO COM A LOGOMARCA E/OU CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA.



ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

LICITAÇÃO Nº. 177-2019
TOMADA DE PREÇO Nº. 028-2019

A empresa _____, CNPJ n.º _____, declara à Prefeitura Municipal de Feira de Santana, para fins de participação no procedimento licitatório em epígrafe, cumprir plenamente os requisitos para classificar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar Nº. 123, de 14 de dezembro de 2006. Declara-se, ainda, ciente das responsabilidades administrativa, civil e criminal.

_____, _____ de _____, de 2019.

Nome do Representante:
RG e CPF

OBS: ESTE MODELO DEVE SER APRESENTADO COM A LOGOMARCA E/OU CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA.



**ANEXO IX
PROCURAÇÃO PARA A PRÁTICA DE ATOS
CONCERNENTES AO CERTAME**

**LICITAÇÃO Nº. 177-2019
TOMADA DE PREÇO Nº. 028-2019**

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos o (a) Senhor (a), (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº., expedido pela, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº., residente à rua, nº.como nosso mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para: apresentar proposta de preços; formular ofertas e lances; interpor recursos e desistir deles; contra-arrazoa; assinar contratos; negociar preços e demais condições; confessar; firmar compromissos ou acordos; receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame etc.

Feira de Santana, _____ de _____ de 2019.

**RAZÃO SOCIAL
CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
E ASSINATURA**

OBS: ESTE MODELO DEVE SER APRESENTADO COM A LOGOMARCA E/OU CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA.